Povo livre

Director: Duarte Lima — ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA — N.º 727 • 16 de Novembro de 1988 • Preço 30$00

Na sequência da visita de Cavaco Silva

Portugal privilegia cooperação com São Tomé e Príncipe

O reforço de uma cooperação privilegiada entre Portugal e S. Tomé dominou toda a visita oficial do Primeiro-Ministro aquele país de Língua Portuguesa. Este relacionamento assume, para Lisboa, um significado especial, pelo exemplo que constitui, no âmbito das relações com os PALOP podendo inclusivamente, funcionar como um «trampolim» para outros países da região.

(Continua na página 5)



Os Primeiros-Ministros dos dois Países saudados pela população na cidade do Príncipe



SUMÁRIO

- *Seminário: A Mulher e o Poder Local»* (pág. 2)
- *Retribuição extraordinária para a Função Pública* (pág. 3)
- *Carlos Pinto analisa actividades da OCDE* (pág. 6)



DIAS LOUREIRO — PSD é espaço de diálogo

«Dia da Europa-92» promovido pelo PSD

No final da reunião da Comissão Nacional da passada sexta-feira, o Secretário-Geral, Dias Loureiro, anunciou à Comunicação Social que o PSD promove no dia 7 de Janeiro do próximo ano, um amplo debate a nível nacional, aberto a participantes alheios ao próprio Partido, subordinado ao tema «Dia da Europa-92»

Reafirmando que o PSD é o Partido liderante da modernização de Portugal, Dias Loureiro acentuou que ele é também liderante do grande desafio que é a integração plena de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Porque entendemos que somos um espaço de participação e queremos sê-lo cada vez mais — continuou o secretário-geral — decidimos realizar no próximo dia 7 de Janeiro, aquilo que chamamos *«O Dia da Europa-92»*. Será um dia em que todas as Distritais do PSD, ou seja todo o Partido, se vão reunir para debater a Europa-92. Fá-lo-emos com os nossos militantes, com os nossos simpatizantes e por ventura com aqueles que irão associar-se a nós, que não são nossos militantes, mas sentem também, como nós, este problema.

Nas suas declarações, Dias Loureiro referiu, a propósito, a grande reponsabilidade do Partido Social Democrata, que é o maior garante da referencial da estabilidade e da confiança dos Portugueses. Por isso, nós, o Partido Social Democrata, queremos ser um espaço enorme de participação, não queremos ser apenas um espaço para os militantes sociais democratas, queremos ser um espaço onde os diversos sectores da sociedade possam estar connosco para debater problemas e para encontrarmos soluções novas para problemas novos que em cada dia cada sociedade tem que enfrentar.

Seminário: «A Mulher e o Poder local

DENTRO de um ano vamos mais uma vez eleger os nossos autarcas. Até lá, há que preparar o caminho, fazer o balanço, saber como tem sido posto ao serviço da comunidade as potencialidades da Mulher. Temos inclusivamente que saber quantas de nós se dedicam ao trabalho autárquico, em que pelouros, com que dificuldades.

Temos que aprender umas com as outras, partilhando experiências, trocando pontos de vista.

Para reflectirmos sobre tudo isto a Área de Estudos, Formação e Reciclagem da Mulher do Gabinete de Estudos do P. S. D. convida-te a estar presente no dia 3 de Dezembro no auditório Grão-Pará (R. Castilho, 50) no Seminário **«A Mulher e o Poder Local»**.

Se **és autarca** tens para muito para nos transmitir, não deixes de estar presente.

Se **ainda não és autarca,** mas como social democrata está interessada em saber mais sobre o papel do «Poder Local» no desenvolvimento do País, não deixes de aparecer e participar.

PROGRAMA

9h 30 — Abertura, por **António Pinto Leite** — Presidente da Distrital de Lisboa

10h — 1.º TEMA — **Eleições Locais — um desafio à participação da Mulher por Leonor Beleza**

10h 30 — Intervalo

11h 00 — 2.º TEMA — **Mulheres no Poder Local — Alguns números — algumas ilações por Adelaide Lisboa**

11h 30 — Debate

12h 30 — Almoço

14h 30 — **Estratégia eleitoral do P. S. D. para 1989 por Manuel Moreira.**

15h 00 — 1.º PAINEL — **As autarquias no desenvolvimento do País por Maria de Lurdes Breu,** Presidente da Câmara de Estarreja e **Maria José Barros,** vereadora da Câmara de Arraiolos.

15h 45 — 2.º PAINEL — **A Mulher ao serviço da comunidade, por Maria Luísa Teixeira** — Autarca — Dona de casa, **Ana Ferraz da Costa** — Autarca — Enfermeira. **Amélia Branco,** — Autarca — Secretária.

16h 30 — Intervalo

17h 00 — Debate

18h00 — Encerramento, por **Nunes Liberato,** Secretário de Estado da Administração Regional.



INSCRIÇÃO

NOME _____ TELF:

MORADA _____

PROFISSÃO _____

DISTRITO _____ SECÇÃO _____

ANASD — Cursos de Formação de Autarcas

A Associação Nacional dos Autarcas Social-Democratas —, em colaboração com o IPSD — Instituto Progresso Social e Democracia —, realizou no passado dia 5 em Penamacor um Curso de Formação de Autarcas dos Concelhos de Penamacor e Belmonte, que contou com a presença de autarcas dos dois concelhos.

Foram abordados os temas seguintes:

— Os Orçamentos e Planos de Actividade dos Municípios e das Freguesias — por João Paulo Zbyszewski — adjunto do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território; — Planeamento Urbanístico e Licenciamento de Obras — por José Miguel Sardinha — adjunto do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território; — Análise e Perspectivas futuras da actividade dos órgãos autárquicos municipais e das freguesias.

No mesmo dia realizou-se na Covilhã um Curso de Formação de Autarcas dos Concelhos da Covilhã e Fundão, estiveram presentes autarcas dos dois concelhos.

Foram abordados os seguintes temas:

— Estratégia Eleitoral do PSD para as Eleições Autárquicas de 1989 — por Manuel Moreira — Secretário-Geral Adjunto do PSD;

— O Planeamento Urbanístico e Licenciamento de Obras — por José Miguel Sardinha; Tutela das Autarquias Locais — por Dr. Jorge Simão, Orçamentos e Planos de Actividade dos Municípios e das Freguesias — por João Paulo Zbyszewski.

Rui Carp reuniu com representantes da Função Pública

Rui Carp, Secretário de Estado do Orçamento recebeu na semana passada as três forças Sindicais representativas dos funcionários públicos, a saber, a FESAP, o Sindicado dos Quadros Técnicos (ambas próximo da UGT) e a CNS (próxima da CGTP-IN). Rui Carp informou em pormenor as três frentes Sindicais da proposta do Governo em atribuir aos funcionários e aposentados, em Dezembro, uma retribuição extraordinária de 1.5% (que também servirá de base para o aumento salarial de 1989) como consequência do excelente ano económico de 1988 e que prossegue os sucessos económicos e sociais de 1986 e 1987. Muito embora os sindicalistas presentes pretendessem resolver desde já, os acréscimos salariais para a Função Pública para 1989, consideraram positiva a decisão do Governo naquela matéria. Entretanto, aproveitaram-se as reuniões que decorreram em clima muito cordial, para discutir as propostas sindicais e do Governo em matéria não só salarial, mas também outras relativas ao processo negocial, tendo ficado os Sindicatos de reflectir as suas propostas, à luz dos novos elementos fornecidos pelo Secretário de Estado do Orçamento.

A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

Plano Regional do Ordenamento do Algarve

O Conselho de Ministros, na sua reunião do passado dia 10, aprovou um Decreto-Lei que estabelece medidas preventivas destinadas a possibilitar a execução do Plano Regional do Ordenamento do Território do Algarve.

Deste modo se evitarão alterações das circunstâncias existentes que possam comprometer a sua execução ou torná-la mais difícil ou onerosa.

O Decreto-Lei determina que fique sujeita a medidas preventivas, pelo prazo de dois anos ou até à aprovação daquele Plano, uma área muito sensível onde os resultados da pressão urbanística já se revelaram negativos ou onde há valores patrimoniais naturais ou construídos que urge preservar.

As medidas cautelares respeitam à criação de novos núcleos habitacionais, à construção ou ampliação de grandes edifícios, à instalação ou ampliação de estabelecimentos industriais e a certas actuações sobre os terrenos e sobre o coberto vegetal.

Facilitar importação de produtos essenciais

O Conselho de Ministros decidiu aprovar um pedido de autorização legislativa, à Assembleia da República, no sentido de, em determinadas circunstâncias e através de simples despacho ministerial, eliminar barreiras à importação de produtos essenciais ao abastecimento público, designadamente suspendendo total ou parcialmente direitos aduaneiros.

Efectivamente, factores que inesperadamente afectem sensivelmente a produção agrícola interna poderão dar origem à falta de determinados produtos no mercado, a qual só poderá suprimir-se por intermédio do recurso à importação.

Nessas circunstâncias, convém que tais importações se efectuem da forma mais expedita e ao mais baixo custo possível através da desoneração dos direitos aduaneiros normalmente devidos.

Melhorar qualidade de serviços de Administração Pública

O Conselho de Ministros decidiu criar um sistema de sugestões de funcionários que permitam melhorar o funcionamento e a qualidade dos serviços da Administração Pública.

Este sistema, que terá um carácter experimental, visa permitir uma maior motivação e participação dos funcionários e agentes da administração pública no processo de modernização dos serviços.

Aos funcionários que apresentam sugestões aplicáveis pelos respectivos serviços e que revelam mérito na sua aplicação serão atribuídos os prémios pecuniários, licença para frequência de cursos de especialização e aperfeiçoamento profissional, atribuição de bolsas de estudo e ainda louvores públicos.

Foi ainda aprovado um Decreto-Lei que define o regime legal da declaração de situação de calamidade pública. A aprovação deste diploma traduz a preocupação do Governo em criar condições que permitam levar a cabo, de forma adequada, a minimização dos prejuízos emergentes da ocorrência de catástrofes ou calamidades que causem profundas alterações nas condições de vida dos cidadãos, afectando o tecido sócio-económico do País.

Define-se e caracteriza-se em sentido amplo, a situação de calamidade pública e prevê-se a concessão de apoios financeiros às entidades afectadas, de forma a restabelecer, com a maior brevidade possível, a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas.

O Governo considera que deve ser fomentada, sempre que possível, a utilização de seguros para fazer face às consequências das catástrofes ou calamidades.

Por outro lado, entende-se que os apoios financeiros a conceder por parte do Estado não deverão, em princípio, cobrir a totalidade dos prejuízos, havendo que ter em conta a capacidade dos sinistrados para, pelos seus próprios meios, contribuir para a recuperação dos danos sofridos.

Estabelece-se ainda o princípio da coordenação dos apoios de proveniências diversas, a fim de evitar situações de sobreposição ou duplicação indevida em relação a um mesmo sinistrado.

Novo sistema retribuitivo da função pública

Foi aprovada uma Proposta de Lei sobre o pedido de autorização legislativa em matéria de infracções fiscais aduaneiras e sua punição.

O Conselho de Ministros procedeu ainda à apreciação da evolução dos trabalhos preparatórios do novo sistema retribuitivo da função pública e definiu orientações para a elaboração de um ante-projecto de diploma legal sobre a matéria para ulterior submissão à análise das associações representativas dos trabalhadores do sector.

Foi aprovado um Decreto-Lei que revê o estatuto do Fundo de Regularização da Dívida Pública, existente no Ministério das Finanças, de modo a passar a receber as receitas e fazer as despesas das privatizações decorrentes da Lei 84/88 (empresas públicas transformadas em sociedades anónimas de maioria de capitais públicos) e da Lei 71/88 (participações do Tesouro em sociedades privadas).

As receitas das privatizações serão aplicadas na amortização antecipada da dívida pública ou no reequilíbrio financeiro de empresas do sector público, neste caso até ao máximo de 20 % dessas mesmas receitas. Assim se dá subsequência às intenções desde sempre assumidas pelo Governo quanto ao destino das receitas, como figura no seu Programa e ficou consagrado, aliás, por proposta do Governo, na Lei 84/88 de 20 de Julho passado.

Energia: desafios do futuro (conclusão)

Concluimos, nesta edição do «Povo Livre», a publicação das acções desenvolvidas e a desenvolver a curto prazo na área da energia. Começamos com a procura e a oferta de energia, acabamos, agora, com o sector extractivo.

Gestão dos Recursos

— Prosseguimento da execução das medidas relativas à manutenção e conservação das minas nos subsectores mineiros de estanho e volfrâmio — RCM nº 74/86, de 7 de Outubro.

— Prestação de apoio administrativo, técnico e financeiro — participações de capital através da EDM — no arranque dos projectos de produção de concentrados (cobre, zinco e chumbo-prata) de Aljustrel e de Neves Corvo (cobre, estanho e sulfuretos complexos).

— Realização, com apoio técnico e financeiro comunitário, de estudo técnico — económico sobre condições de exploração nas minas com actividade suspensa — RCM nº 74/86, de 7 de Outubro.

— Participação na inventariação, com apoio técnico e financeiro comunitário, das potencialidades mineiras dos diferentes países da Comunidade.

— Participação no estudo das actuais condições de produção, consumo e comercialização de produtos de tungsténio e suas repercussões na indústria extractiva, com apoio técnico e financeiro da Comunidade.

— Prosseguimento da actividade de prospecção e pesquisa mineiras com negociação e celebração de novos contratos com empresas nacionais e estrangeiras.

— Conclusão dos trabalhos de pesquisa de carvão em áreas livres da bacia Carbonífera do Douro com avaliação das respectivas reservas.

— Intensificação do controle de qualidade das águas minero medicinais e de mesa, fomentando a instalação de laboratórios de análise nas próprias empresas.

— Lançamento de acções tendentes ao início do aproveitamento dos recursos geotérmicos nacionais em colaboração com outras entidades.

— Prosseguimento, no âmbito da UNCTAD, das acções tendentes à estabilização do mercado do tungsténio e da eventual criação de um grupo de estudos inter-governamental para a problemática do cobre e estanho.

— Desenvolvimento de acções tendentes a um ordenamento e reestruturação do sector para um mais racional e disciplinado aproveitamento de recursos minerais não metálicos, com especial incidência na zona dos mármores e entidades visando a defesa do meio ambiente, a formação profissional, a normalização e formação dos produtos, um adequado enquadramento legislativo e a definição de incentivos à actividade.

Regulamentação

— Alteração do imposto mineiro e de águas minerais isentando as concessões em actividade e penalizando as não exploradas sem justificação — DL nº 387-1/87, de 30 de Dezembro.

— Estabelecimento de medidas técnicas e administrativas para melhoria do impacto ambiental da actividade industrial extractiva mineira — DL nº 196/88, de 31 de Maio.

— Desenvolvimento dos trabalhos de harmonização de normas de higiene e segurança e de estatísticas de acidentes, através de participação no Orgão Permanente para a Segurança e Salubridade nas Minas e Pedreiras, no âmbito da Comissão das Comunidades Europeias.

— Actualização do Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras — Publicação de novo Regulamento.

— Revisão, actualização, aprovação e publicação da legislação mineira nacional.

— Elaboração, aprovação e publicação de projectos de diploma que regulamentam a actividade de prospecção, pesquisa e exploração de diferentes tipos de recursos: depósitos minerais, águas minerais águas de nascentes e pedreiras.

Investigação Informação e Cooperação

— Participação, em conjunto com os sectores empresarial e universitário, em projectos de investigação aplicada, nos domínios de prospecção, tecnologia mineira, tratamento de minérios e reciclagem de materiais não ferrosos, do programa comunitário de investigação de matérias primas para o período 1986/89.

— Preparação dos projectos de investigação a candidatar ao novo programa comunitário de matérias primas e materiais para o período 1989/91.

— Execução do projecto de investigação geológica e geoquímica de jazigos minerais, na parte portuguesa de faixa piritosa ibérica, em colaboração técnico-científica com o United States Geological Survey e com o apoio financeiro da Federação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

— Definição e desenvolvimento de acções de cooperação externa no âmbito de formação de quadros e assistência técnica (Moçambique e Guiné-Bissau) e da prospecção e consolidação de mercados (Espanha, Marrocos e China/Macau).

Deliberações da A.D. de Leiria

A Assembleia Distrital do P.S.D. de Leiria, na sua reunião trimestral realizada no passado dia 5, com a presença de Macário Correia, secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, deliberou:

Manifestar o seu apoio à política prosseguida pelo Prof. Cavaco Silva e o seu governo, ditada pelas necessidades e objectivos nacionais do desenvolvimento e da modernização do País e simultaneamente da justiça social.

Exprimir a sua confiança na capacidade da iniciativa privada, de empresários e trabalhadores, que serão a base decisiva para ganhar o desafio da integração europeia.

Reclamar ainda maior determinação no processo de desburocratização da administração pública, em nome do mesmo objectivo de vencer o desafio da modernização do apoio à iniciativa privada e da intregração europeia.

Reclamar o urgente desbloqueamento da resolução de alguns importantes problemas do Distrito, de que se cita o caso da adaptação da Base Aérea de Monte Real, com vista à sua utilização pela aviação civil, e a inclusão do PIDDAC (Plano de Investimentos e Desenvolvimento da Administração Central) de várias obras necessárias do Distrito e aos seus Concelhos.

Continuar a seguir atentamente o processo da construção do novo Hospital de Leiria, seguros de que o Governo honrará os seus compromissos de garantir o seu financiamento e de lhe dar execução nos prazos previstos.

Saudar a Juventude Social Democrata, quer a estrutura nacional, quer e muito particularmente a sua estrutura distrital, pela acção em prol dos interesses e aspirações da Juventude e do País.

Saudar Macário Correia, secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, pela sua meritória e decidida acção, no quadro da política e do querer geral do Governo, numa área tão relevante para o futuro do País e dos Portugueses.

A oposição em tempo de revisão



CARLOS ENCARNAÇÃO

Negras eram as nuvens que há muito tempo se vinham acumulando no horizonte. Vários eram os prenúncios de alguma considerável modificação no panorama político português.

É, porém, agora, o momento em que ao mesmo tempo, os partidos da oposição se movimentam internamente, se agitam e definem novas formas de distribuição interna de poder e de afirmação política.

O CDS afirma que tudo vai bem, que nada se alterará, que o líder não irá desertar de novo. Mas, entretanto, a projecção da diferença entre o valor eleitoral sondando nas eleições para o parlamento europeu e nas legislativas torna nítido um factor de evidente desiquilíbrio interno e de aceitação desigual de linguagem e de figurino.

Qualquer observador atento pode concluir que há um líder para exportação e um líder para consumo interno.

Instável e delicada, a situação não parece ser típica de um final feliz.

O PCP aproveita para tentar sair da crise com um fato novo e uma diferente imagem perante o panorama irrecusável do desfazer do partido monolítico da velha guarda estalinista, multiplicam-se os grupos de quantos não querem ser consumidos na voragem do tempo.

São intelectuais, são mais novos, querem ter a ousadia de imaginar possível ser comunista no fim do século XX e circunscrever a sua intervenção a formas de solidariedade celular.

Da confusão, das muitas vozes que se expressam ou que cautelosamente se silenciam, surge agora a imagem do novo líder autorizado, mercado-comunizado e mais disposto a avançar no tempo (pasme-se!) recuando às virtudes ancestrais do leninismo.

Nem o Partido Comunista conseguiu fugir à ideia de profunda crise e de agudo conflito interno.

O Partido Socialista é, de todos, aquele onde é mais clara a perturbação. Quando Vitor Constâncio foi escolhido quero crer que o conjunto do partido não fez ideia de quanto essa opção implicava nas verdades essenciais a que os socialistas estavam habituados e na forma de organização e acção políticas.

Quer as circunstâncias quer a personalidade impunham um profundo corte com o passado e uma assumida modificação de mentalidades.

Os discursos e as cerimónias comemorativas da implantação da República tinham que ceder o passo a uma tentativa de rigor crítico de perseguição da credibilidade futura.

O Partido Socialista liberto da carga antifascista de imediatamente antes do 25 de Abril ou da paixão anticomunista de imediatamente depois, queria recuperar a iniciativa e recolocar-se.

Surdos e secretos, os conflitos prolongaram-se no tempo até que a inevitabilidade os trouxe à praça pública.

O PRD mantém uma estrutura híbrida e indefinida.

Na ausência de uma construção política própria, caracterizada e coerente, apresenta-se como o partido dos descontentes com os demais.

Sobrevive como fenómeno marginal e corre o risco de ser tão breve no tempo próximo como foi na sua pujança de passado não longínquo.

A incerteza maior com que se confronta é a de se não saber se existe para apoiar um candidato eterno à presidência ou para disputar o poder. E parece seguro que poucos se convencerão da segunda das opções.

No seu conjunto, e por maior que seja o seu grau de autoconvencimento, a oposição não pode repetir (como aconselhava Cloué aos seus doentes) que está bem, que está bem mesmo muito bem e que ficará melhor amanhã.

Vale a pena reflectir sobre a causa que leva a oposição portuguesa a ficar tão nervosa.

Acreditamos que o grande culpado de tantas crises é o momento de transformação do País.

No meio de tanta confusão só um partido permaneceu suficientemente aberto, livre e ágil para corporizar a mudança.

Mas subjacente a esta realidade em transformação está um duplo condicionalismo:

Uma sociedade e uma vida económica que evoluiram muito rapidamente e puseram em causa as construções constitucionais de 76 e um Governo que possui a sabedoria de compreender o pulsar do País.

Daí que, em tempo de Revisão Constitucional impossível de evitar, a oposição proceda à urgente revisão de si própria.

BUSTO
A SÁ CARNEIRO

NA CIDADE
DE VILA NOVA DE GAIA

HOMENAGEM AO GRANDE ESTADISTA PORTUGUÊS

PARTICIPE • COLABORE
CONTRIBUA

COMISSÃO PRÓ-BUSTO
A FRANCISCO SÁ CARNEIRO

RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, 1339
APARTADO 205
4403 VILA NOVA DE GAIA
CODEX TELEFONE — 393918

Conta bancária n.º 036970
Banco Pinto & Sotto Mayor
Vila Nova de Gaia

A Autonomia dos Municípios no Orçamento do Estado



ROLEIRA MARINHO*

É sempre com grande expectativa que se aguarda a apresentação do Orçamento do Estado, na esperança que ele dê resposta às aspirações financeiras, que os mais diversos sectores acalentam, de molde a materializar sonhos, a lançar obras, a fazer planos, a idealizar empreendimentos, que vão ao encontro das vontades colectivamente assumidas.

Um dos capítulos do Orçamento do Estado, sempre profundamente escalpelizado é o referente ao Poder Local, dada a importância de que o mesmo se reveste para as Autarquias, para os Municípios e Freguesias, afinal, diríamos, por extensão, para cada um dos cidadãos.

Aos deputados, à Assembleia da República, cabe a análise, discussão, aprovação ou rejeição da proposta. Questiona-se o Governo, ouvem-se os Autarcas, através da sua Associação Nacional, procuram limar-se arestas, acolhem-se ideias, burilam-se conceitos, na tentativa, quase impossível de a todos agradar, dado que, aqueles que recebem, sempre acharão as verbas insuficientes e aqueles que distribuem procurarão, segundo critérios estabelecidos, e numa perspectiva política e filosófica traçada, enquadrar-se dentro de limites que considerem possíveis.

É pois, nesta dialética, viva e aliciante, com os partidos da oposição ajudando, mais fortemente, ao coro das reinvidicações que se trava o debate sobre o Orçamento do Estado.

Temos para nós que, no ano corrente, os montantes a transferir para as Autarquias representam valores com um índice de crescimento, em termos reais, e até percentuais, superiores a quaisquer outras variações verificadas em anos anteriores, e, por outro lado, há rubricas que ajudarão a engrossar o caudal representado pelo Fundo de Equilíbrio financeiro, e permitirão às Autarquias fazer face a solicitações que lhe são colocadas, tais como, a Construção de Novas Sedes de Junta de Freguesia, os auxílios extraordinários que são previstos para ocorrer a situações estranhas que afectam, ou de algum modo prejudiquem a vida normal das Autarquias; as contrapartidas que são oferecidas para financiar projectos no âmbito da celebração com o Poder Central, tornando os investimentos, por um lado mais atraentes, e, por outro, com uma maior componente técnica.

SERÃO de recordar ainda os muitos apoios contemplados no PIDDAC, que se referem a obras, não da responsabilidade das Autarquias, mas de muitas Associações, o que, de qualquer modo, tem um impacto grande junto das populações, e, por arrastamento, contribui para o aliviar do esforço financeiro que, doutro modo, ficaria a cargo das Autarquias.

Não ficam por aqui os meios colocados ao dispor das Autarquias, pois outras fontes lhes são afectadas, tais como o imposto proveniente das Sisas, o imposto automóvel e a contribuição predial, por exemplo!

Não queremos ter uma visão demasiado governamentalizada do Orçamento do Estado, nesta área do poder local, mas atrevemo-nos a dizer que se procuraram conciliar os interesses, não descurando um aspecto fundamental, que é a continuada preocupação da recuperação financeira e económica do País na busca do equilíbrio das contas públicas.

É de realçar o facto do Governo ter demonstrado que, muito transparentemente, pretende uma mais alargada área de colaboração com as Autarquias, abdicando de funções e das verbas correspondentes, de modo a que haja uma mais rápida e eficiente intervenção combatendo a burocracia e a inércia.

Assim, deixando de lado pequenos aspectos técnicos, somos levados a concluir que estamos perante um Orçamento que poderá satisfazer os Autarcas e as Autarquias, e que, com o engenho e a dedicação que os homens do Poder Local têm revelado, continuarão a saber ultrapassar as dificuldades, para além de encontrarem neste Orçamento estímulos que por via do associativismo municipal, poderão responder a grandes objectivos de futuro e de satisfação das necessidades sentidas pelas populações, numa caminhada para um perfeito encaixe nas soluções da integração europeia.

** Deputado do PSD*

Portugal e São Tomé estreitam cooperação

Continuação da 1 página

AS autoridades do arquipélago deixaram bem clara a intenção de privilegiar a sua cooperação com Lisboa, facto esse também sublinhado por Cavaco Silva e que, aliás, tem sido bem evidente na forma como Portugal tem ultrapassado todos os interesses estrangeiros de investimento na região.

Durante a visita oficial do chefe do Executivo português a S. Tomé, foram assinados vários acordos entre os dois países, que abrangem as áreas da Comunicação Social, energia saúde e desportos estão, ainda, em curso negociações no que respeita ao turismo e telecomunicações.

Neste contexto, foi particularmente significativo o anúncio feito por Cavaco Silva da criação de um Banco de Cooperação entre Portugal e S. Tomé, instituição financeira que há muito vem sendo reclamada pelos empresários cujos negócios estão ligados aos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e que será constituída através da especialização de um serviço, para esse efeito, numa instituição de crédito já existente. Segundo o Primeiro-Ministro, deverá ser num banco de capitais mistos, mas onde o Estado detenha a maioria do capital.

No caso concreto de S. Tomé e Príncipe, a constituição deste Banco de Cooperação vai permitir completar, a nível governamental, o quadro no qual se poderão desenvolver as relações interempresariais e entre empresas e as autoridades sãotomenses.

Outra medida anunciada pelo Primeiro-Ministro foi a concessão, a curto prazo, de uma ajuda de emergência, no valor de três milhões de dólares, a S. Tomé e Príncipe.



O Presidente de S. Tomé, Pinto da Costa, no final da audiência que concedeu a Cavaco Silva

Acordo militar

No âmbito do quadro de cooperação entre os dois países foi, também, estabelecido um acordo militar que já está negociado e cuja assinatura formal deverá ter lugar já no próximo mês de Dezembro. Este atraso ficou a dever-se ao facto de a sua aprovação pelas autoridades de S. Tomé não ter sido possível em tempo utíl, visto que os trabalhos de comissão mista só se iniciaram a 4 de Novembro e a Assembleia Popular de S. Tomé não reuniu posteriormente a essa data, para a sua ratificação.

Neste campo, a experiência iniciada, recentemente, com um destacamento da Força Aérea que, com um aparelho «Aviocar C-212», tem realizado as ligações inter-ilhas tem sido, também muito positiva e as autoridades sãotomenses expressaram o seu desejo de estender a cooperação à formação dos seus militares e forças militarizadas em Portugal.

Outra questão, ainda, debatida durante a visita de Cavaco Silva foi a da criação da desejada Zona Franca em S. Tomé, em que as visões aponta para que o projecto seja concretizável num prazo de dois anos.

Recepção calorosa no Príncipe

«Dificilmente esquecerei, em todo o resto da minha vida, esta minha passagem por aqui». Com estas palavras se despediu o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, da visita que, durante cerca de cinco horas, afectuou à ilha do Príncipe.

Cavaco Silva teve, naquela ilha do arquipélago, a recepção mais calorosa da sua visita oficial a S. Tomé, aguardado e aplaudido por centenas de pessoas que agitavam bandeiras portuguesas.

Na ocasião, o Primeiro-Ministro anunciou a intenção do Governo em oferecer à ilha uma central hidroeléctrica, que começará a funcionar dentro de seis meses e capaz de satisfazer o dobro das necessidades imediatas da região.

Por outro lado, Cavaco Silva, afirmou também que o seu Executivo está pronto a estudar um programa de desenvolvimento integrado da Ilha do Príncipe, concretamente nas áreas do turismo, agro-pecuária e saúde.

A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

LEIA E DIVULGUE POVO LIVRE



Carlos Pinto no Conselho da Europa

Portugal e Espanha são o exemplo de desenvolvimento dentro da O.C.D.E.

«NA perspectiva de 1992, as transformações estruturais e a modernização do aparelho produtivo em Portugal e Espanha têm sido verdadeiramente notáveis, não só por motivo da acção dos governos, mas também devido ao empenho das forças sociais, dos trabalhadores e dos investidores. Nestes últimos três anos, estes países conseguiram a redução ou a estabilização da inflação, uma taxa elevada de investimento, um aumento da produção, progressos na formação profissional e aumento de emprego. Resultados estes alcançados num clima de manutenção dos equilíbrios sociais fundamentais, em democracia».



Esta posição foi expressa pelo deputado social-democrata Carlos Pinto, durante a discussão, no Conselho de Europa, sobre as actividades da OCDE em 1987.

Segundo Carlos Pinto, embora o relatório submetido a apreciação não permitisse fazer distinções específicas para cada uma dos países daquela organização, «convém sublinhar que a aplicação na prática de algumas medidas sugeridas com empenhamento no documento, com a participação das forças da sociedade civil, das empresas, dos sindicatos e dos cidadãos, devem constituir referência quanto aos resultados não apenas nos países da Ásia, mas, também, no que respeita à Europa. Refiro estes aspectos políticos que concernem ao sul da Europa, porque constituem exemplos que devemos sublinhar e que são esquecidos no relatório».

Coordenação e formulação de políticas e de acções e de ajuda a cada um dos membros

No que respeita à acção da OCDE e às considerações sobre as actividades desenvolvidas pela organização em 1987, o deputado social-democrata considerou que elas constituem um quadro de orientações e convites à acção adequados, tanto para si própria, como para os seus países membros.

«Os esforços e os apelos em factor das reduções da rigidez do mercado de emprego e de capitais, da eficácia do sector público, de uma melhor adaptação de fiscalidade às exigências do crescimento devem ser seguidos em permanência», afirmou Carlos Pinto acrescentando que «do mesmo modo se devem combater as tentativas proteccionistas unilaterais».

Reforço do potencial de desenvolvimento e de crescimento dos Países da Organização

Por outro lado, a intervenção de Carlos Pinto acabou por focar vários pontos neste contexto, considerados essenciais no quadro de orientações que deve ser adoptado pelos países membros da OCDE:

«OS países defensores da liberalização de mercados e do comércio livre deverão reconhecer e defender o espírito e o texto deste documento, e com coerência não criarem obstáculos políticos, ou medidas artificiais, à exportação e ao aumento das trocas comerciais. A prática do «dumping» deverá ser combatida. Refiro-me, evidentemente, aos países que, através destas práticas dúplices prejudicam em primeiro lugar os países em vias de desenvolvimento.

«Estes países têm que fazer face a desafios muito graves. Cabe-lhes responder aos problemas das oscilações conjunturais macroeconómicas, às transformações estruturais, e à modernização. Estes constituem, frequentemente, objectivos conflituosos, e por vezes inconciliáveis. Acresce que a gestão, e a articulação de políticas aparentemente contraditórias é muito difícil de concretizar nas economias débeis.

«Por outro lado, os países em vias de desenvolvimento têm necessidade de conciliar imperativos ligados à inflação, à modernização e ao desemprego; de alcançar a eficácia e a justiça social graças a uma redistribuição socialmente adequada. Estes são conflitos correntes nos países em vias de desenvolvimento, mesmo quando se esabelece um «modus vivendi» entre os diversos parceiros económicos e sociais. Torna-se por isso necessário atingir um nível aceitável de concertação social. Para tal, o equilíbrio político interno dos países é fundamental, e só assim é possível realizar o progresso e o desenvolvimento.

«A OCDE deverá, igualmente, suscitar a realização dos objectivos de reforma das políticas estruturais, desempenhando um papel cada vez maior de coordenação e formulação de políticas e acções e de ajuda a cada um dos seus membros».

Ao terminar a sua intervenção, Carlos Pinto, não deixou, ainda, de sublinhar que o projecto de resolução sobre as actividades da OCDE, em 1987, contém, também, orientações notáveis nos domínios da agricultura, da educação, das migrações, dos refugiados e da demografia, do ambiente e das políticas externas, por outro lado concluiu a substância das considerações e das indicações face ao relatório da OCDE são contribuições essenciais para se alcançar uma melhor coordenação das políticas sectoriais e a melhoria das economias, esperando-se, assim, o reforço do potencial de desenvolvimento e de crescimento dos países da organização.

TABELA DE ASSINATURAS

Pagamento adiantado

CONTINENTE

6 MESES (26 números)	700$00
12 MESES (52 números)	1250$00
APOIO (52 números)	2000$00

REGIÕES AUTÓNOMAS

6 MESES (26 números)	800$00
12 MESES (52 números)	1550$00
APOIO (52 números)	2000$00

ESTRANGEIRO

	SEMESTRAL	ANUAL
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE, S. TOMÉ, MACAU	1400$00	2570$00
OUTROS PAÍSES	1900$00	3500$00

Evocação de Jean Monnet



MANUEL PEREIRA

Passa hoje o centenário do nascimento de Jean Monnet.

Trata-se de uma personalidade que poderá classificar-se como verdadeiramente marcante do séc. XX, sobretudo no plano europeu, mas igualmente no plano mundial.

Jean Monnet é lamentavelmente quase desconhecido em Portugal. Tal circunstância justificou-se durante décadas pelo facto de que, sob a longa ditadura Portugal se encontrou completamente afastado dos grandes meios de decisão política, estratégica, europeia e universal.

Mas Jean Monnet foi o verdadeiro inspirador da construção europeia e hoje tal facto é reconhecido não só em toda a Europa como mesmo nos Estados Unidos da América onde foi unanimemente aceite como o grande representante do pensamento político europeu deste século.

Com efeito, todo o processo de integração económica e política europeia foi concebido até aos mais pequenos detalhes, dos objectivos, mas também da própria metodologia, por Jean Monnet.

Portugal, que decidiu alguns anos atrás reconsiderar o seu posicionamneto geo-estratégico, regressando ao âmbito da Europa a que sempre pertenceu e a que emprestou aliás um contributo cultural e civilizacional de grande valor, participa, hoje em dia, por forma activa e sobretudo muito empenhada, na construção e integração económica e política europeia, tendo já marcado, através do prestígio do seu Governo, uma posição muito importante na concretização das condições políticas e financeiras com as quais é possível encarar hoje com grande segurança a construção em 1992 do objectivo central de criação do grande mercado interno e da aproximação das condições de vida dos cidadãos da Europa.

É o momento, ao invocar Jean Monnet e o seu génio europeu, de prestar homenagem aos portugueses que mais se distinguiram no tremendo esforço político de modernização e integração de Portugal. Francisco Sá Carneiro, Francisco Balsemão, Carlos Mota Pinto, Aníbal Cavaco Silva e Mário Soares passarão seguramente à História Moderna de Portugal como os grandes obreiros desta verdadeira revolução política, económica, social e cultural que conduzirá a um Portugal mais próspero, mais rico, mais solidário e mais moderno.

SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 383 • 16 DE NOVEMBRO DE 1988

COORDENADOR
PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS
MANUEL DUARTE
PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 727

NESTA EDIÇÃO

- MENSAGENS PARA O VIII CONGRESSO
- MOÇÕES DE ESTRATÉGIA GLOBAL
- CONVOCATÓRIAS

VIII CONGRESSO NACIONAL-JSD

AS MENSAGENS PARA O CONGRESSO

Foram recebidos na Mesa do Congresso da JSD diversos telegramas e mensagens de Individualidades destacadas do PSD, bem como de algumas Organizações de Juventude e Profissionais que assim saudaram a realização do VII Congresso.

Na impossibilidade de serem publicados na íntegra todos os textos não deixamos no entanto de revelar algumas das passagens mais significativas das comunicações recebidas.

DR. ALBERTO JOÃO JARDIM

«Envolvo num grande abraço de solidariedade todos os participantes no congresso da Juventude Social Democrática. Presto a minha homenagem a todos os jovens que, pela sua militância, tanto contribuem para a construção de uma social-democracia moderna em Portugal, e para uma atitude crítica, dialéctica, que transforme o sistema e robusteça, assim, o regime democrático».

JOSÉ APOLINÁRIO

«Espero que o Congresso tenha permitido o aprofundar de um espaço de geração, não apenas em termos etários, mas também no domínio do pensamento.

A delegação da JS ao encerramento do vosso Congresso constituiu um sinal da importância política que damos ao relacionamento com a JSD».

ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL — AEP

«Desejamos o maior sucesso para o vosso congresso».

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUTÁRCAS SOCIAL-DEMOCRATAS

«Formulo votos pelos êxitos pessoais e de militância da JSD para continuada cooperação com a ANASD, em face das próximas eleições autárquicas de rejuvenescimento dos quadros autárquicos.»



GOVERNADOR CIVIL DE LISBOA

«Saúdo calorosamente todos os jovens sociais-democratas como vivos depositários dos mais puros ideais do nosso partido, na certeza magnífica do presente e esperança do futuro de Portugal».

PROF. JOSÉ AUGUSTO SEABRA

«Saúdo fraternalmente a JSD, a nossa querida JSD, por ocasião do VIII Congresso, prova da sua vitalidade e maturidade.

Neste momento que Portugal atravessa, os jovens são também obreiros das reformas que permitirão abrir o país a um futuro melhor».

DR. FERNANDO BROCHADO COELHO

«Considero a JSD não apenas um alfobre de futuros bons dirigentes do PSD, mas também e principalmente um precioso reduto da social-democracia e, por isso mesmo, um garante da identidade ideológica do PSD».

DR. NASCIMENTO RODRIGUES

«Desejo muitos êxitos no VIII Congresso da JSD.»

DR. ANTÓNIO LACERDA

«Sigo de forma interessada e atenta a intervenção da JSD na sua política nacional e na sociedade portuguesa. É gratificante constatar que algo que ajudamos a criar e a alicerçar-se se renova constantemente com padrões de quantidades e qualidade sempre crescentes. O sonho mais optimista deu lugar a uma realidade evidente que muito me sensibiliza...»

DR. MIGUEL CADILHE

«Os meus votos de um Congresso profícuo e as maiores felicidades à JSD».

PRESIDENTE DO CNJ

«Transmito o meu mais profundo desejo de que os vossos trabalhos continuem a reflectir os vossos anseios de melhorar o nível de intervenção dos jovens da sociedade portuguesa.

O empenhamento da JSD no CNJ é uma das expressões mais sublimes do que acabo de referir».

ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE MOÇAMBICANA — OJM

«A juventude moçambicana, através da sua organização, reafirma a solidariedade na luta que os jovens sociais democratas travam pela melhoria das suas condições de vida, estudo e consolidação da democracia e pela conquista de um lugar justo e digno no seio das comunidades europeias e do mundo em geral».

IFLRY

«Enviamos as maiores felicitações da IFLRY para o VIII Congresso da JSD. Desejamos os maiores sucessos políticos à JSD».

ABÍLIO GUEDES

«Saúdo a CPN pelo trabalho desenvolvido em prol da juventude portuguesa. Desejo que a JSD mantenha a mesma disponibilidade na defesa dos nossos valores».

DR. JOÃO BOSCO MOTA AMARAL

«Saúdo a maior organização de juventude portuguesa, na certeza que continuará a prestar um contributo indispensável à modernização, progresso e justiça social no nosso País. Portugal precisa da nova geração».

UM GRITO DE GERAÇÃO



PARTE II

Continuamos neste número a publicação integral da moção «Um Grito de Geração» aprovada no VIII Congresso Nacional e cujo 1.º subscritor é Carlos Miguel Coelho

2. Intercâmbio com outras O.J.'s

A JSD, a todos os níveis da sua estrutura, reforçará o intercâmbio com outras organizações de juventude, acentuando o seu posicionamento de promotor do diálogo e incentivando a assunção de reivindicações e projectos comuns.

3. C.N.J.: Plataforma de diálogo

A JSD lamenta que o Conselho Nacional de Juventude tenha recusado assumir o desafio da sua própria transformação, que lhe foi proposto pela JSD em conjunto com outras organizações de juventude, no sentido de aprofundar as suas funções reivindicativa perante os poderes públicos e de animação e mobilização dos jovens portugueses.

A JSD aceita, porém, o veredicto maioritário do C.N.J. e continuará a participar nesse espaço singular da cultura associativa no mero plano de intervenção que ele reivindicou para si próprio: o de plataforma de diálogo entre as organizações nacionais de juventude.

4. Parceiro social

A JSD entende que no quadro da Política Global e integrada de Juventude é impres-

(Continua na página 8)

CONVOCATÓRIAS

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes para o Plenário de Secção a realizar no dia 26 de Novembro de 1988 das 21,30 às 24 horas, na Sede do Partido Social Democrata, sita ao Largo Sacadura Cabral, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1 — Informações
2 — Eleições
2.1 — Mesa do Plenário
2.2 — Comissão Política Secção
2.3 — Delegados ao Concelho Distrital

Nota: A entrega de listas deverá ser feita das 20 às 22 horas do dia 26 de Novembro de 1988.

PARANHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento do Plenário, convocam-se os militantes para um Plenário a realizar no próximo dia 25 de Novembro, às 21 horas, na Sede sita na Rua do Campo Lindo n.º 63, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1. Análise da situação política.
2. Eleição da Mesa do Plenário.
3. Eleição dos representantes ao Conselho Distrital

Notas
1. Calendário Eleitoral:
Dia 17 de Novembro é afixado o Caderno Eleitoral provisório, aceitando-se reclamações ao mesmo até às 22 h. do dia 21 de Novembro.
Será então afixado o Caderno Eleitoral definitivo. O prazo para apresentação de listas termina às 22 h. do dia 22 de Novembro.
No dia 25 reúne-se o Plenário.
2. Horário de abertura da Sede: das 21 h 30 m às 22 h 30 m, à excepção do Sábado e Domingo.

CARNAXIDE

Convoco a Assembleia de militantes, nos termos estatutários, para o próximo dia 27 de Novembro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1.º — Informações
2.º — Apresentação do relatório de contas do C.P.S. 87/88.
3.º — Eleição dos novos órgãos de secção: Comissão Política, Mesa da Assembleia, Conselheiros Distritais.
a) Apresentação das listas concorrentes.
b) Votação entre as 19 h. e as 20 h.
Os trabalhos terão início pelas 18 h.

NESD — FDL

Ao abrigo dos art.ºs 15.º/1 e 16.º dos Estatutos, convoco a 3.ª reunião ordinária 1988/1989 do Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para o dia 18 de Novembro de 1988, pelas 13 horas, no anfiteatro n.º 5 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1. Grandes linhas políticas e académicas para o ano lectivo 1988/1989.
2. Ratificação da lista apoiada pelo NESD para a Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico.
3. Preparação da campanha eleitoral.
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 9 de Novembro de 1988.

CAL

Convoca-se o Plenário da Comissão Académica de Lisboa para reunir dia 22, Terça-Feira, no Instituto Superior Técnico, pelas 21h30, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1 — Análise da Situação Política Estudantil.
2 — Marcação de eleições para a coordenadora da CAL.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Secção para reunir dia 2 de Dezembro pelas 20h45 na Sede do PSD de Tomar.

ORDEM DE TRABALHOS
1. Aprovação do Relatório de Actividades da CPS/cessante.
2. Aprovação do Relatório de Contas.
3. Eleição da CPS/JSD.

Nota: As listas terão que dar entrada na Sede Concelhia até às 24 horas do dia 25 de Novembro e terão que ser subscritas por 5% dos militantes.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Interno convoco o Conselho Distrital para o dia 26/11/88 pelas 1?h30m a reunir na sede da Secção de Águeda da JSD/PSD, sita na Rua Quinta das Oliveiras, n.º 9, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1.º Alteração ao Regulamento Interno do C.D. (sobre proposta da CPD Art.º 20 do R.I.)
2.º Análise da situação política.

destaque

UM GRITO DE GERAÇÃO

(Continuação da página 7)

cindível a existência de um parceiro social que reflita o sentir comum dos jovens portugueses e dialogue, reivindicativamente, com os poderes públicos, desenvolverá os contactos necessários à sua criação, acautelando o enquadramento legal próprio e uma estrutura com adequada dimensão regional.

5. Conselho consultivo de juventude

A JSD reitera o seu apoio à existência do Conselho Consultivo da Juventude, reivindicando o reforço e reestruturação deste orgão, tornado-o num amplo espaço de recolha e confronto de opiniões que contribua para a definição e aplicação das medidas consensuais reclamadas pela juventude portuguesa.

A credibilidade deste espaço de diálogo entre os jovens e a Administração depende, porém, da firmeza coerente com que o Governo o utilizar e potenciar. A não apreciação nesta sede da regulamentação do Serviço Militar constitui uma negativa e desastrada atitude de desvalorização pontual deste instituto criado por deliberação do Conselho de Ministros.

A JSD participará, pois, neste orgão, com uma postura reivindicativa e de verificação escrupulosa dos critérios que determinarem os agendamentos.

D
A JSD NA ÁREA INTERNACIONAL

PRINCÍPIO:

O VIII Congresso Nacional, consciente do impacto crescente das questões internacionais na definição dos desafios que se colocam à sociedade portuguesa, particularmente após a adesão às Comunidades Europeias, salienta a necessidade da intervenção da JSD, com redobrado vigor, na área internacional, balizando-a pelos princípios da solidariedade entre os povos, do desarmamento progressivo e da defesa dos direitos do Homem consciente de que, desta forma, contribuirá para uma sociedade mais justa e pacífica em que a solidariedade e a democracia sejam valores decisivamente assumidos em todos os cantos do Globo.

DESAFIOS E POSTURAS:

1. Solariedade entre os povos e dasarmamento

A JSD, no quadro da Declaração Universal dos Direitos do Homem, afirma o seu propósito de lutar e defender todas as disputas em que estejam em causa a *Democracia*, enquanto princípio de livre expressão, de respeito pela vontade dos cidadãos livremente manifestada e de respeito pelos direitos das minorias, a *solidariedade entre os povos* e a *sua livre expressão*.

A JSD opõe-se formalmente a todas as formas de racismo e xenofobia que ultimamente recrudescem na Europa e que mais não demonstram senão novos atentados contra a dignidade do Homem, inconcebíveis numa sociedade mais justa e aberta.

A JSD saúda os esforços recentemente desenvolvidos para pôr cobro à corrida armamentista, contribuindo assim para um Mundo mais fraterno e pacífico e para a erradiação progressiva do espectro da guerra mundial nuclear.

2. Construção dum espírito europeu

A JSD acredita que Portugal, ao ter decidido aderir à CEE, não o fez por razões meramente económicas, devendo agora ter a coragem de se empenhar na edificação de uma verdadeira comunidade política e cultural.

E isto porque acreditamos também que só uma Comunidade com esta natureza tem verdadeiramente potencialidades para corrigir assimetrias e dirimir conflitos entre os Estados, sem com isso acentuar fenómenos de dependência e de marginalização.

Mas a JSD não pode, porém, deixar de sublinhar que este espírito europeu só será mobilizador se for inspirado nos valores da solidariedade e da justiça social e se se traduzir na promoção do bem-estar e numa verdadeira igualdade de oportunidades entre todos os indivíduos.

É também nesta linha que a JSD se empenhará com vigor nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, esperando assim continuar a projectar neste importante fórum a relevante e singular participação do seu jovem deputado, bem como auxiliar o PSD a investir na qualidade dos militantes que, perante o Partido e o País, deverão interpretar o empenhamento dos sociais-democratas e dos portugueses na construção da Europa.

3. Participação dos jovens na Europa

Atendendo a tais necessidades, e consciente da enorme importância deste desafio, a JSD promoverá acções internas e externas, destinadas a sensibilizar os jovens para as questões europeias nos diversos domínios (agrícola, económico, mercado interno, formação profissional, emprego e educação) de modo a estabelecer um verdadeiro consenso interno juvenil com vista à superação das etapas postas por este grande desafio à sociedade portuguesa.

A JSD exigirá, ainda, que a nível comunitário, tal como ao nível nacional, se desenvolva uma verdadeira política de juventude tendo em vista a construção de uma *Comunidade Europeia* que consubstancie as aspirações dos jovens nos domínios da livre circulação de trabalhadores, desenvolvimento de uma política de recursos humanos e de formação profissional, equivalência de habilitações bem como de políticas mais ambiciosas no domínio da mobilidade juvenil.

A JSD lamenta que o apelo à mobilização do País para o desafio de 92 lançado pelo Governo não tenha eleito a juventude como um dos seus destinatários fundamentais, ao contrário do que sucede com grande parte dos outros países da Comunidade Europeia.

4. Cooperação: um desafio nacional

O desenvolvimento das relações entre o Estado Português e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa é um desafio que se coloca, em especial, aos jovens.

Para além do interesse político de ambas as partes, o desenvolvimento das relações entre a CEE e os países ACP ('Africa, Caraíbas e Pacífico) que ficará consubstancionado no futuro acordo Lomé IV, implica da parte da JSD a vontade política em desenvolver a cooperação com as organizações juvenis e os Governos dos PALOP's, em especial no domínio técnico e humano, nos quais a ajuda portuguesa se mostra mais eficaz e consequente.

A JSD tudo fará para potenciar o desenvolvimento da cooperação com esses países, estreitando, por um lado os laços de cooperação com as suas organizações juvenis e por outro, reivindicando do Estado Português maiores apoios à cooperação que potenciem a solidariedade e compreensão entre ambas as partes.

5. Diminuír as tensões e os conflitos

Com o objectivo de diminuir as tensões e os conflitos internacionais e no respeito pelos valores acima reafirmados a JSD continuará a assumir:

— A defesa do direito do povo de Timor-Leste à sua autodeterminação e à defesa da sua cultura, bem como à condenação da Indonésia por genocídio da população deste território ainda sob administração portuguesa;

— A sua tenaz oposição a todos os regimes que se façam do amesquinhamento dos di-

(Continua na página 9)

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

NESD — FDL

Novos titulares dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa eleitos em 3 de Novembro de 1988:

MESA DO PLENÁRIO
Presidente — Jorge Bacelar; Vice-Presidente — Ana Isabel; Secretária — Sara Ribeiro.

DIRECÇÃO
Presidente — Manuel Fidalgo; Vice-Presidente — Paulo Nascimento; Secretária — Margarida Bonito; Vogais — Paula Albuquerque, Paulo Ribeiro, Pedro Barbosa, Jorge Carvalho; Suplentes — Alexandra Vidal e Carlos Charrinho.

CONSELHO DE DISCIPLINA
Jorge Pinheiro, Bráulio Martins e Isabel Borges.

REPRESENTANTES DO NESD À COMISSÃO ACADÉMICA DE LISBOA
Manuel Fidalgo, Paulo Nascimento e Arsénio Arrifana.

BEJA

COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL

Presidente — Amílcar Bengla Moura

Vice-Pres. — Luís Trindade

Secretário — Eduardo Paiva

Vogais: Ana Margarida Chicharro, Evaristo Madeira, Fernando Carvalho, Florbela Paraíba, Helder Guerreiro, José Velez, Maria de Fátima Contreiras, Mário Simões, Rui Silva

MESA DO CONSELHO DISTRITAL

Presidente — Luís Trindade
Secretário — Helder Guerreiro, Laurentino Mendes

CONSELHO DE JURISDIÇÃO DISTRITAL

Presidente — Humberto Jorge Nixon Martins, Fernanda Figueira, Luís Contreiras, Pedro Carvalho, José Inácio.

FESTA EM LEIRIA

EUROSOL CLUB DE LARANJA

A CPS/JSD de Leiria vem por este meio convidar todos os militantes, simpatizantes e amigos a participar na sua «festa laranja» a realizar no dia 8 de Dezembro, a partir das 16 horas na discoteca Eurosol Club, em Leiria.

destaque

(Continuação da página 8)

reitos humanos a sua prática política condenando, especialmente, o Governo Sul-Africano pela sua política de Apartheid;

—O seu desejo de ver resolvidos por via pacífica os conflitos regionais de modo a que não resultem em sacrifício das populações indefesas, em especial dos jovens, os maiores sacrificados das situações de guerra existentes nesses Estados;

—O seu entendimento de que a expansão económica mundial implica uma ponderação da Economia dos países do Terceiro-Mundo, de modo a que a justa repartição da riqueza mundial propicie um maior desenvolvimento económico, social e político destes países.

6. A JSD e a sua filiação internacional

A JSD, membro de pleno direito da IFLRY (Federação Internacional da Juventude Liberal e Radical) e do LYMEC (Juventudes Liberais Membros da Comunidade Europeia) continuará a contribuir activamente para a adopção de uma postura decisivamente interventora destas organizações na Comunidade Internacional.

A JSD empenhar-se-à no alargamento do espaço de intervenção destas organizações fazendo-as reflectir mais sobre a construção de um espaço europeu e o desenvolvimento da cooperação com organizações juvenis de países do Sul, em especial do continente africano.

E
A JSD NO MUNDO ESTUDANTIL

PRINCÍPIO:

O VIII Congresso Nacional reafirma a opção de recusar a partidarização das lutas associativas estudantis e de contribuir, nomeadamente, através da formação dos seus militantes, para o reforço de um Movimento Associativo capaz de representar reivindicativamente os estudantes e de complementar a função educativa da Escola.

DESAFIOS E POSTURAS:

1. Reforma do sistema educativo

A JSD reconhece na Reforma do Sistema Educativo um dos principais desafios que se coloca à sociedade portuguesa no entendimento de que são os portugueses o principal recurso que o País possui e deve potenciar.

A JSD não se demitirá de colaborar activamente no processo de reforma no sentido de aproximar a Escola do figurino da formação integral que propugna, proceder à modernização dos curriculos e programas, combater o insucesso escolar, melhorar os sistemas de formação e elevar o nível cultural dos portugueses, incluindo o alargamento das hipóteses de formação de nível superior e da melhoria dos meios de apoio social ao estudante de forma a dotar os jovens com a formação necessária para os grandes desafios sociais e tecnológicos do Portugal moderno que estamos a construir.

A JSD colaborará com o Governo e com o Ministro da Educação numa base de lealdade recíproca, apoiando as medidas necessárias, sobretudo quando forem socialmente delicadas, propondo alternativas quando discordar das soluções adoptadas e criticando as que, não merecendo o suporte da JSD, se afastem do projecto social-democrata que ajudamos a definir.

2. Participação dos estudantes

A JSD encara os estudantes, como sujeitos primordiais do processo educativo, assumindo a sua intervenção directa e fundamental na Reforma como maiores aliados dos esforços para a sua modernização, reclamando, para tanto, o reconhecimento e estímulo da sua participação empenhada e criativa.

3. A responsabilidade pedagógica das A.E.'s

A JSD sublinhará a responsabilidade pedagógica das AE's não só na promoção das acções que mobilizem os estudantes para a participação no processo da Reforma, como na realização de actividades extra-curriculares que complementem a função educativa da Escola e acentuem a sua ligação ao meio socio-cultural.

4. Melhoria da Lei das AE's

A JSD, tendo contribuido decisivamente para a aprovação da Lei das Associações de Estudantes, marco fundamental do Movimento Associativo, não alijará as responsabilidades que lhe cabem de, em colaboração com outras organizações de juventude da área democrática, velar pelo aperfeiçoamento dos dispositivos legais existentes, eliminando algumas aberrações e garantindo maior independência dos dirigentes associativos.

A JSD pugnará para que os princípios essenciais consagrados na Lei das AE's sejam consolidados e reforçados com particular destaque para os direitos de participação dos estudantes na vida da Escola, os quais não poderão ser diminuídos ou desvalorizados, seja no quadro da Reforma do Sistema Educativo, seja no da Autonomia Universitária.

5. Revitalização do movimento associativo

A JSD contribuirá para que se contrarie a tendência crescente de apatia e indiferença em relação à participação associativa, e entende que os meios legais e financeiros que pela primeira vez passaram a ser fornecidos às AE's no passado ano lectivo, devem desde já constituir oportunidade para que se invista em acções que reavivem o espírito de solidariedade e participação dos estudantes, num exercício de pedagogia democrática.

6. Estrutura dos E.S.D.'s

A JSD manterá a sua política de não interferência partidária nas Associações de Estudantes e esforçar-se-à para que a estrutura dos Estudantes Sociais-Democratas continue a ser apoiado no quadro tradicional de autonomia, por forma a que os seus candidatos continuem a merecer a preferência da grande maioria dos estudantes portugueses.

F
A JSD NO MUNDO LABORAL

PRINCÍPIO:

O VIII Congresso Nacional afirma a importância da assunção pela JSD de uma postura especialmente atenta e interventora em relação ao mundo laboral, designadamente face aos problemas específicos dos jovens trabalhadores, jovens à procura do primeiro emprego e jovens desempregados, reafirmando ao mesmo tempo o repúdio por soluções partidárias de intervencionismo sindical.

3. Solidariedade social/segurança social

A JSD empenhar-se-à num esforço sério de alteração do sistema de segurança social em que a «solidariedade» seja o seu valor imanente fundamental, em que os jovens não se-



Um aspecto do Congresso

DESAFIOS E POSTURAS:

1. Combate ao desemprego juvenil

O problema do desemprego juvenil reclama da JSD uma particular atenção, pois a taxa de desemprego, embora com valores abaixo da média comunitária, revela que o peso dos jovens na estrutura do desemprego continua a obrigar a um grande empenhamento nas políticas de promoção do emprego.

A JSD é especialmente mobilizada pelo fenómeno da exploração de mão-de-obra infantil e pelo inqualificável aproveitamento de acções de formação profissional e de programas ocupacionais ou de experiência profissional, como os OTL ou OTJ, como postos de trabalho com o salário suportado por fundos públicos e comunitários.

2. Formação profissional

A JSD reafirma a convenção de que o vector da formação profissional constitui hoje uma peça fundamental da modernização do País tendo em atenção não apenas a valorização do prestador de trabalho, mas o real contributo dessa formação para o desenvolvimento da economia e da sociedade em geral.

O desafio do Mercado Único deverá constituir um estímulo acrescido para uma aposta muito clara neste sector que se traduza num esforço sério de formação.

Paralelamente ao esforço de aproximação entre a escola e a vida activa, a JSD lutará por redobrados esforços na fiscalização da qualidade da formação e da certificação dos seus agentes bem como na prova de uma lei-quadro que garanta uma melhor definição das necessidades nacionais e a sua adequação ao desenvolvimento regional.

jam discriminados, em que a burocracia não sufoque a justiça e as liberdades de escolha em em que se não perca a face humana de Serviços de Saúde e assistência.

4. Sindicalismo democrático e livre

A JSD reafirma a convicção de que apenas um sindicalismo democrático e livres assenta nos princípios da liberdade sindical e da real independência face às forças partidárias, pode defender eficazmente os interesses dos trabalhadores. Só a razão de uma posição e de uma luta consciente e participada terá a força indispensável para vencer os desafios do futuro.

5. Participação sindical dos jovens

Recusando intervir na vida sindical, a JSD salienta e reconhece a sua especial responsabilidae no incentivo da participação sindical dos jovens.

Neste sentido, não se pode a JSD, como maior organização da juventude portuguesa, deixar de manifestar a sua apreensão face ao tradicional alheamento das estruturas sindicais pela problemática da Juventude bem patente no caso da Central Sindical Democrática em relação ao seu Departamento de Juventude.

G
A JSD NO MUNDO PODER LOCAL

PRINCÍPIO:

O VIII Congresso Nacional manifesta-se convicto de que a manutenção de um Estado estruturalmente centralista e burocrático continua a ser o principal bloqueio do desenvolvimento nacional, e que a construção do Estado Descentralizado que defende, passa — indispensavelmente — pelo aperfeiçoamento e aproveitamento das virtualidades que, de forma significativamente positiva, transpareceram da recente acção autárquia.

DESAFIOS E POSTURAS:

1. É urgente a regionalização

Como instrumento fundamental do Desenvolvimento do País através da correcção das assimetrias regionais, a JSD continuará a defender a necessidade de se proceder à Regionalização Administrativa do Continente. Tal processo, tão urgente quanto a finalidade que o determina, não poderá, no entanto, ser, ele próprio, origem de novas desigualdades ou agravamento das existentes.

2. Reforçar a desconcentração

Como forma de preparar o tecido político, económico e social para a nova realidade do Estado Regionalizado, a JSD procurará que a Administração Central reforce progressivamente as competências e os meios de intervenção dos seus serviços de cariz regional, dinamizando, desse modo, o embrião de efectivos de decisão.

3. Uma utilização criteriosa dos fundos comunitários

A JSD defenderá uma utilização dos instrumentos financeiros comunitários que, para além de procurar melhorar a capacidade competitiva da Economia portuguesa, privilegie a correcção das desigualdades existentes e eleja como sua preocupação a realidade social dos jovens.

4. Privilegiar a pedagogia democrática

A JSD contribuirá para que o Poder Local possa constituir o primeiro elo do poder participado procurando, através da sua acção política e dos seus eleitos locais, que as autarquias sejam um espaço de diálogo e participação das comunidades, nas decisões que a si respeitam, e que nesse contacto se exprimam as potencialidades políticas dos cidadãos e se fundamente a responsabilização afectiva dos titulares dos encargos.

A JSD defenderá que o eleito local seja, antes de mais um gestor político, preocupado sobretudo com uma visão global dos problemas das populações, no quadro da necessária transformação do País, e capaz de se rodear dos técnicos mais capazes.

5. Da autarquia de infraestrutura à autarquia de desenvolvimento

A JSD, contribuirá, igualmente, para o emergir duma nova vivência e o nascimento duma nova concepção de actuação das autarquias locais: as energias e os esforços que permitam dar um novo rosto às nossas terras — em especial, nas redes viárias, no saneamento básico, no abastecimento — deverão hoje ser canalizadas, com suficiente dose de critatividade, para a elaboração de projectos locais de desenvolvimento, cujas prioridades tenham presentes a necessidade de criar espaços de oportunidade para as gerações mais novas e o abrir de horizontes no campo do emprego, da habitação do acesso à cultura, da informação, do lazer, entre outros, respeitando o princípio de que, para a JSD, o progresso e o desenvolvimento não são adversários do respeito pelo património cultural e natural num quadro de exigente qualidade de vida.

(Continua na página 10)

destaque

UM GRITO DE GERAÇÃO

(Continuação da página 9)

6. A cooperação inter-municipal

Para o sucesso de tais projectos é indispensável que a visão de cada autarquia não se esgote no seu espaço geográfico de competências. Para que o Poder Local seja o embrião de um verdadeiro Poder regional há que incrementar a experiência de cooperação inter-municipal.

A JSD envidará todos os esforços para que a Regionalização se não esgote numa medida legislativa, mas se imponha sobretudo pelo enraizamento da consciência das vantagens que daí advirão e seja aceite como processo dinâmico e participado por todas as comunidades locais.

A JSD repudia o egoísmo local e esforçar-se-á decisivamente pela concretização da solidariedade inter-municipal.

7. Revisão da legislação autárquica

A JSD empenhar-se-á, nomeadamente através da sua intervenção política nos orgãos de poder central, na necessária revisão da legislação autárquica, de modo a torná-la num instrumento claro e compreensível de uma gestão eficaz, democrática e participada.

Haverá assim, nomeadamente, que dotar as freguesias dum enquadramento realista que tenha em conta a dimensão da sua actuação e reordenar os mecanismos de relacionamento entre os executivos e as assembleias municipais para que, sem prejuízo da competência de gestão que aos primeiros cabe, seja reforçado o papel de fiscalização efectiva que, às segundas, está reservado.

8. Reforçar a intervenção dos jovens

Consciente do papel pedagógico que resulta da participação política local, a JSD promoverá todos os esforços para que aos jovens seja proporcionada uma significativa oportunidade de intervenção na realidade local.

9. Relações Poder Local-Poder Central

A JSD procurará, com todos os meios ao seu alcance, contribuir para o incremento do diálogo entre o Poder Local e o Poder Central, assente na consciência de que o processo de transformação das realidades locais e o da realidade nacional são duas faces do mesmo imperativo: Desenvolver o País.

Lutar contra o centralismo, vencer no poder local

A identificação do Estado centralista e burocrático, que ainda temos, como um dos principais factores de bloqueamento do desenvolvimento nacional, levou a JSD a preconizar um Estado Regionalizado que, ao aproximar o Poder dos cidadãos, multiplicasse os canais de participação e tornasse mais claros e transparentes os processos de decisão, permitindo também o nascimento de projectos de desenvolvimento que, através da correcção das assimetrias regionais, aproveitem e potenciem os recursos próprios de cada região.

Para a adequação do Poder Local às exigências de tal modelo de organização do Estado, a JSD vem apontando a necessidade duma mudança de visão, que leve à transição das autarquias de infra-estruturas para a autarquia de desenvolvimento. Tal mutação torna, todavia, indispensável o aparecimento de novos agentes de transformação das realidades locais.

Assim, apostar nas próximas eleições autárquicas não deverá esgotar-se no exercer de mais um acto eleitoral e reafirmar o papel liderante do PSD na cena política local e nacional.

Assim, para a JSD, vencer as próximas eleições locais significa apostar no protagonismo social dos jovens, formar uma nova geração autárquica, capaz de introduzir novas fórmulas de gestão, criar hábitos de cooperação intermunicipal e levar ao Poder Local a criatividade indispensável para a modernização e alargamento dos horizontes da sua intervenção.

Neste sentido, a JSD desenvolverá, nos próximos dois anos, as seguintes acções, inseridas no desafio de LUTAR CONTRA O CENTRALISMO, VENCER NO PODER LOCAL:

1. Um Plano Nacional Autárquico que traduza em acções no terreno as orientações aprovadas pelo Conselho Nacional da JSD e que mobilize toda a estrutura para o desafio das próximas eleições autárquicas, no qual se incluirá uma Convenção Nacional das estruturas intermédias e locais da JSD, pressupondo o aumento dos candidatos e eleitos locais por estas indicados.

2. A realização de acções de formação acelerada, de âmbito regional e distrital, com o objectivo de facultar aos autarcas da JSD em funções e aos potenciais candidatos o conhecimento e domínio dos mecanismos necessários à sua acção.

3. Apoio à criação dum Centro Nacional de Formação de Jovens Autarcas que, no âmbito de instituições de estudo e reflexão animadas por jovens e dotado de meios adequados, possibilite aos jovens eleitos locais o conjunto da formação e informação necessárias ao mais eficaz exercício do seu mandato correspondendo responsavelmente às expectativas da sua autarquia, da comunidade e dos jovens eleitores.

4. Dinamização, no quadro das estruturas distritais, de meios de apoio aos autarcas da JSD, possibilitando, nomeadamente, o conhecimento de iniciativas da administração central susceptíveis de concretização local.

5. Publicação do 2.º volume do «Manual do Autarca», instrumento importante para o conhecimento elementar do enquadramento e do funcionamento dos órgãos autárquicos.

6. Defender a criação de Departamentos de Juventude nas Câmaras Municipais e divulgar a sua actividade acentuando o intercâmbio de experiências entre jovens eleitos locais.

Protagonizar o espaço jovem, desafiar os indiferentes

A construção de um Portugal mais moderno, mais justo e mais livre onde cada um logre obter a sua realização pessoal e profissional e possa construir a sua felicidade resulta não só do acerto das políticas e da coerência do modelo de desenvolvimento, mas também da capacidade dos jovens portugueses conjuntamente clamarem pela adopção de políticas que ultrapassem os imediatismos eleitorais de que todos os partidos muitas vezes sofrem.

Numa sociedade em mutação acelerada as gerações de transição ou são gerações de mudança e liderança ou são gerações sacrificadas.

E é porque cabe à JSD, como a maior organização da juventude portuguesa, o esforço de construir espaços que reúnam os valores mais relevantes das gerações novas em torno da defesa das posições que lhe são comuns e despertar todos os jovens adormecidos para a intervenção social, que nos próximos dois anos promoverá as seguintes acções inseridas no desafio PROTAGONIZAR O ESPAÇO JOVEM, DESAFIAR OS INDIFERENTES:

1. Conceber e executar em conjunto com as maiores organizações de juventude uma Campanha de incentivo à participação e ao associativismo juvenil tendente a elevar os índices de intervenção social dos jovens e para a qual concorram apoios do Estado e de organizações públicas e privadas.

2. Reforço dos laços entre as organizações de juventude, particularmente as mais representativas da área democrática, a todos os níveis da estrutura, procurando mesmo, nalguns casos, institucionalizar as fórmulas de contacto e intercâmbio de forma a gerar plataformas organizativas para acções comuns.

3. Promover uma Campanha Nacional, em colaboração com a Juventude Socialista, com o objectivo de aproximar os jovens eleitores dos seus representantes na Assembleia da República permitindo a detecção de problemas e situações e tornando mais efectivo o processo de representação democrática.

4. Contribuir para o alargamento e descentralização de organizações juvenis em que a JSD participe, como o conselho Nacional de Juventude, de forma a que constituam reforços significativos na luta contra a apatia e a indiferença.

5. Promover uma grande campanha sobre a JSD convidando mais jovens a participar nas suas fileiras, transmitindo-lhes pedagogicamente o prazer pela intervenção cívica e política e sensibilizando-os para a sua participação na vida colectiva.

6. Concluir o «Plano Alentejo Laranja» iniciado no mandato anterior com o objectivo de lançar novas propostas para a Região Alentejana, tornar evidente que o seu progresso é viabilizado com um projecto social-democrata, angariar novos quadros e alargar o espaço eleitoral do Partido.

7. Mobilização das estruturas internas da JSD criando sistemas que permitam responsabilizá-la mais e oferecendo um conjunto de meios que, por sua iniciativa, possam ser fornecidos contribuindo para a animação, informação e formação dos militantes.

8. Prosseguir com os sistemas de informação interna aperfeiçoando-os quanto ao conteúdo, canais de distribuição e prazos de execução bem como com os esforços de actualização dos cursos de formação postos à disposição da estrutura.

9. Aprofundar a colaboração com todas as campanhas credíveis de luta contra os fenómenos de marginalização social dos jovens como a toxicodependência e o alcoolismo bem como promovê-los quando caso disso for.

Afirmar Portugal, aproximar a Europa

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias constituiu, para a esmagadora maioria dos portugueses, especialmente os jovens, um acto essencialmente formal.

Por falta de informação, estímulo ou oportunidade a sociedade civil assistiu passivamente a um gesto de compromisso para o bem e para o mal de muitas décadas do futuro de Portugal, marcando o tipo e mesmo o ritmo de desenvolvimento do nosso País.

Após a adesão, beneficiando dos mecanismos de apoio, sobretudo financeiro, do período de integração, persiste porém a ideia de que a Europa é uma realidade externa ao nosso País, que a Europa «é lá fora» e constitui uma meta mais ou menos idílica que será difícil alcançar.

Sendo certo que é necessário aproximar Portugal da Europa sobretudo no que diz respeito ao nível e qualidade de vida e à modernização das estruturas, não é menos verdade que há que aproximar a Europa de Portugal, já que parece evidente, por forçado que seja o paradoxo, que embora dela fazendo parte persiste longe e distante.

Aproximar a Europa de Portugal significa garantir que os jovens portugueses possuam a informação necessária e sejam capazes de, não só entender as apostas essenciais de modernização e progresso que o país precisa de eleger, mas, também, de aproveitar melhor as oportunidades que a Comunidade faculta, para que o desafio da integração seja plenamente sucedido e para garantir que Portugal e os portugueses estarão em condições de jogar a sua quota-parte de decisão e esforço numa posição de dignidade e influência na construção do edifício europeu.

E aproximar a Europa de Portugal não deve, nem pode significar uma qualquer espécie de descaracterização ou diluição cultural, antes tem que constituir uma oportunidade para fazermos da nossa história, da nossa cultura e da nossa língua um trunfo a jogar numa afirmação portuguesa crescente e mais agressiva, revelando e potenciando os jovens valores que vão surgindo.

Neste sentido, a JSD desenvolverá, nos próximos dois anos, as seguintes acções, inseridas no desafio de AFIRMAR PORTUGAL, APROXIMAR A EUROPA:

1. Defender o aumento do investimento europeu e português na mobilidade europeia de jovens, de forma a potenciar o intercâmbio, quer com o surgimento de novos programas, quer com o melhor aproveitamento do «Yes, Europe», «ERASMUS» e «COMETT».

2. Promover acções de informação sobre a Europa, suas instituições e programas para jovens, e sobre as metas de desenvolvimento com que 1992 nos confrontará inexoravelmente.

3. Responsabilizar o Estado para a necessidade de prestar mais informações aos jovens sobre a Europa e para que, no âmbito do Gabinete do Ministro Adjunto e da Juventude, se proceda a um estudo sério sobre as consequências e oportunidades decorrentes da integração para os jovens.

4. Apostar na formação de quadros na área das relações internacionais, visando aumentar o número de jovens sociais-democratas com possibilidade de intervenção activa em reuniões e programas internacionais.

5. Defender a criação, no âmbito da representação social-democrata no Parlamento Europeu, de um prémio anual para o melhor trabalho realizado por jovens e alusivo à Europa.

6. Aproveitar a comemoração dos Descobrimentos Portugueses, que decorrerá até ao final do século, para afirmar o peso da nossa história e cultura no seio da Europa, projectando os novos valores e apoiando as iniciativas nacionais de jovens que respondam a estas preocupações.

8. Realçar o especial papel de Portugal no seio das Comunidades como interlocutor privilegiado da realidade africana, e promover o incremento da cooperação entre o Velho Continente e os países de África, na linha do já atrás referido, com particular destaque para os PALOP's.

Apostar na inovação, lutar pelo desenvolvimento

O horizonte político de um Governo é, por princípio, o dos 4 anos de uma legislatura. Bem mais longe vai o de uma organização de juventude responsável e bem diferente é a sua perspectiva de encarar e avaliar as metas da governação, já que ao imediatismo imposto pelos ciclos eleitorais contrapõem os jovens a visão do longo prazo que sempre deve enformar a execução das políticas no imediato.

É pois imprescindível para a JSD o acompanhamento regular da actividade dos diversos órgãos de soberania, até porque o efeito prospectivo de algumas decisões nas áreas econcómicas, da reforma do Estado, da política internacional, não esquecendo os sectores óbvios da educação e investigação científica obrigam à consideração de etapas que em muito transcendem os limites temporais de legislaturas.

Acresce que as circunstâncias concretas e actuais de Portugal, com particular realce para os desafios da integração europeia, contribuem para singularizar este momento histórico em que as decisões, mais do que garantir o sossego das gerações no Poder, colocarão Portugal na senda do progresso económico e cultural e da justiça social.

Para tanto impõe-se que a JSD não só saiba precisar com rigor e detalhe o seu modelo de desenvolvimento, como possa por ele aferir com maior eficácia da adequação das medidas propostas e adoptadas pelo Governo, envolvendo outros jovens e organizações de juventude no acautelar do seu próprio futuro.

Neste sentido, a JSD desenvolverá nos próximos dois anos as seguintes acções inseridas no desafio APOSTAR NA INOVAÇÃO, LUTAR PELO DESENVOLVIMENTO:

1. Análise do Projecto político para a Juventude Portuguesa elaborado pela JSD em 1982, recordando pedagogicamente os seus desafios fundamentais e promovendo a reflexão sobre a sua actualização.

2. Elaboração de um segundo Projecto político para a Juventude Portuguesa produto da reflexão da JSD sobre o presente e o futuro, que constitua o quadro referencial do seu modelo de desenvolvimento.

3. Criação de uma estrutura própria, no âmbito do Gabinete de Estudos Nacional, que acompanhe continuada e sistematicamente a actividade do Governo e proporcione permanentemente uma visão crítica e fundamentada sobre a actividade do Governo bem como a capacidade para gerar novas ideias e soluções.

4. Empenhamento na criação de uma instituição animada por jovens oriundos de alinhamentos políticos diferentes e com diversos tipos de intervenção social, permitindo o controlo de ideias e o apuramento de espaços de consenso dentro das gerações mais novas.

Segundo a ANEOP

1988 é o melhor ano da década no sector das obras públicas

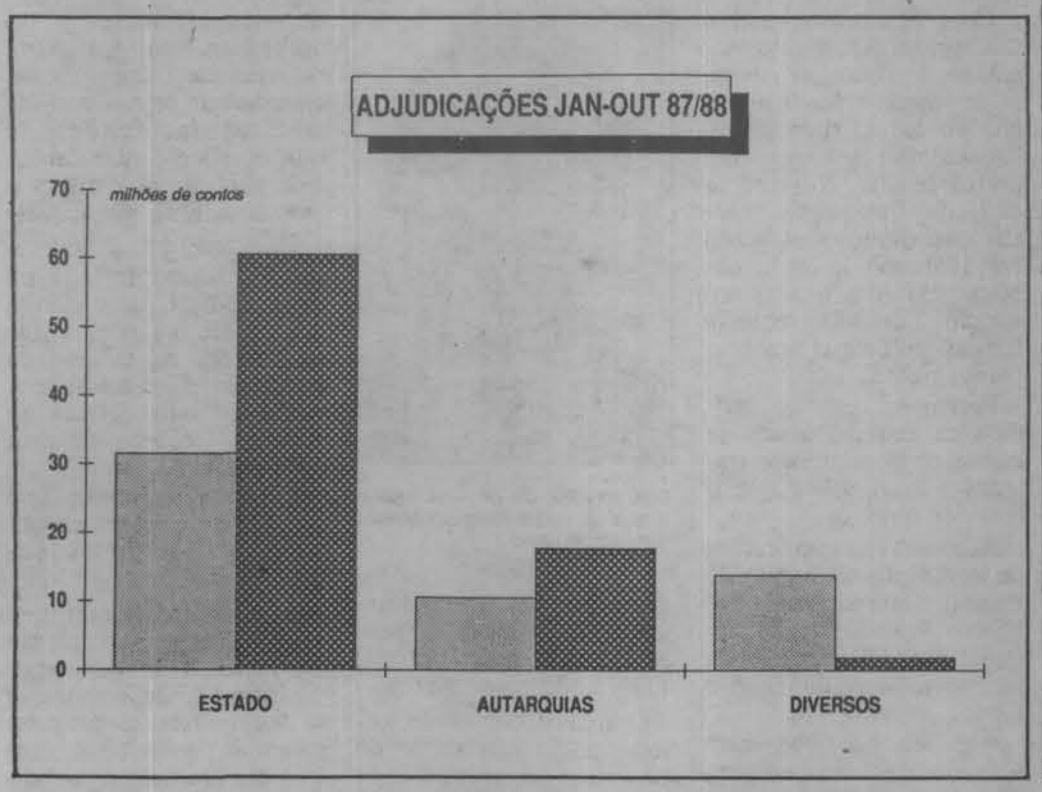
DESDE o princípio do ano até ao final de Outubro foram abertos 1677 concursos, no valor de 120,4 milhões de contos, e adjudicadas 716 obras, no valor de 80,3 milhões de contos, revela a Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas (ANEOP).

Relativamente a igual período do ano passado, o número de concursos aumentou 42,2 por cento e o seu valor 68,2 por cento. As adjudicações aumentaram 43,5 por cento em valor nominal, o que, segundo a ANEOP, significa um crescimento real de 31,6 por cento.

Estes resultados são ainda mais significativos se tivermos em conta que em 1987 já se tinha assistido a uma franca recuperação do mercado, a uma taxa de crescimento real da ordem dos 31 por cento.

A ANEOP considera então que 1988 é o segundo ano consecutivo de expansão das obras públicas e refere também que 1988 é o melhor ano da década para expansão do sector.

Só durante o mês de Outubro foram abertos 169 concursos, no valor de 15 milhões de contos, e adjudicadas 132 obras, no valor de 9,3 milhões de contos.



O valor médio das obras adjudicadas cresceu 37,8 por cento relativamente a 1987 e é agora de 112,2 mil contos, contra os 81,4 mil contos que se registaram no ano passado.

A diferença entre os valores de adjudicação e as bases de licitação, nos casos em que esta é conhecida, foi, em Outubro, de 12,5 por cento e de 7,7 por cento desde Janeiro.

O Estado continua a ser o principal cliente, com adjudicações em Outubro no valor de 60,6 milhões de contos (mais 92,6 por cento do que em 1987), seguido das autarquias, com 17,8 milhões de contos (mais 67,8 por cento).

Por tipo de obras, em primeiro lugar continuam as vias de comunicação com 45,7 por cento do total.

Trocas com Espanha cresceram 110%

O volume das trocas comerciais luso-espanholas aumentou 110 por cento desde a adesão à Comunidade Europeia, tendo atingido 12,6 por cento nos primeiros sete meses deste ano, no conjunto da balança comercial portuguesa.

Nos primeiros sete meses deste ano, as exportações portuguesas para Espanha somaram 96 milhões de contos, o que representa 11,3 por cento do total das nossas vendas ao exterior e um crescimento de 45 por cento para este mercado, comparativamente ao período homólogo do ano passado.

Por outro lado, as importações provenientes de Espanha de Janeiro a Julho deste ano, atingiram 169 milhões de contos, o que corresponde a 13,6 por cento do total das aquisições nacionais e um aumento de 29,7 por cento comparativamente a igual período do ano passado.

Dados estatísticos revelam, assim, que a Espanha é actualmente o terceiro maior parceiro comercial de Portugal, tendo até ultrapassado os EUA desde que os dois países ibéricos aderiram à CEE. Relativamente à taxa de cobertura das importações pelas exportações portuguesas, ela foi, em 1986 e 1987, respectivamente, de 75 e 68,2 por cento. Este coeficiente, relativamente à Espanha, evoluiu, nos mesmos anos, de 45,6 para 52,1 por cento.

Entre Janeiro e Julho deste ano, a taxa de cobertura global nas nossas trocas com o exterior foi de 68,4 por cento. Em relação ao país vizinho, o coeficiente melhorou para 57 por cento.

Podemos, portanto, concluir que à medida que se dilatam nas duas direcções os intercâmbios comerciais, verifica-se uma tendência nítida par reduzir a brecha do défice português com o mercado espanhol.

Produtores vão responder por artigos defeituosos

O Conselho da Europa emanou recentemente uma directiva no âmbito da responsabilidade civil, sobre a produção e utilização de produtos defeituosos, numa tentativa de uniformização das legislações dos vários países membros da CEE.

A directiva resulta de um consenso entre os interesses, opostos, da indústria e do consumidor. São no total 22 artigos que os países membros deverão adoptar na feitura das suas legislações.

Em Portugal, as pessoas que se queixam nos tribunais por danos causados por defeitos dos produtos, são, no entanto, em número quase insignificante.

No nosso País, a responsabilidade do produtor por produtos defeituosos não está tratada na lei e os principais casos de responsabilidade objectiva (não baseada na culpa) estão previstos no Código Civil.

A função da responsabilidade civil passará a centrar-se não na apreciação e condenação de um comportamento culposo (o do produtor) mas sim no prejuízo sofrido pela vítima.

46 milhões em 1987

Exportações de cortiça sobem

O valor das exportações portuguesas de cortiça e derivados tem vindo a subir nos últimos anos, tendo atingido em 1987 o valor de 46,5 milhões de contos, contra 37,8 milhões verificados em 1986, revela o boletim do Instituto dos Produtos Florestais (IPF).

O Instituto adverte, no entanto, que Portugal continua a ser o maior importador de cortiça do mundo, apesar das suas aquisições terem represntado apenas 7,4 por cento do total das exportações em 1987.

Por outro lado, dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que, entre Janeiro e Abril de 1988, as exportações de cortiça atingiram 38 765 toneladas no valor de 17,8 milhões de contos, contra 37 915 toneladas, no valor de 15,2 milhões de contos, registados em idêntico período de 1987.

Os principais países clientes de Portugal neste sector são os parceiros da Comunidade Europeia. Mais de metade das exportações portuguesas foram absorvidas pela CEE, nomeadamente pela Alemanha Federal, França e Reino Unido. Fora da Europa, os EUA são o maior comprador de cortiça portuguesa.

Portugal vendeu à Alemanha Federal, entre Janeiro e Abril deste ano, 5 488 toneladas de cortiça no valor de 2,5 milhões de contos. No mesmo período, a França absorveu 5 239 toneladas por 4,3 milhões de contos e o Reino Unido 4 092 toneladas por nove milhões de contos. Para os EUA, Portugal exportou 4 352 toneladas de cortiça por 1,9 milhões de contos.

Quanto às importações foram, nos primeiros quatro meses de 1988, de 8 335 toneladas num montante de 1,4 milhões de contos, contra 8 392 toneladas no valor de 1,06 milhões de contos no período homólogo de 1987.

A Espanha é o principal país fornecedor de cortiça a Portugal.

Entre Abril e Janeiro deste ano forneceu 7 496, com valor de 1,2 milhões de contos.

Segundo o IPF, em Portugal encontram-se actualmente em actividade entre 600 e 800 unidades fabris de cortiça, divididas por três grandes ramos industriais — preparador, transformador por simples talha e aglomerador.

Pescas rendem mais

A produção total do pescado em Portugal foi de 312 695 toneladas em 1987, contra 331 968 verificadas no ano anterior, o que traduz um decréscimo de 19 273 toneladas, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas.

Os mesmos dados revelam, no entanto, que a produção rendeu mais 3,37 milhões de contos em 1987 do que em 1986 — 50,03 milhões de contos contra 46,65 milhões, respectivamente.

Relativamente aos crustáceos, foram descarregados, em 1987, 3 844 toneladas, o que traduz um acréscimo de 5421 toneladas comparativamente ao ano anterior e mais 2 011 toneladas do que em 1985.

O número de embarcações de pesca com 210 286 toneladas de arqueação bruta era em 1987, em Portugal Continental, 17 980. No mesmo ano existia um total de 40 844 pescadores matriculados, 33 121 dos quais no Continente, 5 058 nos Açores e 1 665 na Madeira.

Relativamente às embarcações, 14 649 eram de pesca total, 3 216 de pesca costeira e 115 de pesca ao largo.

Em 1987 registaram-se 22 naufrágios, o dobro de 1986, 19 dos quais ocorreram em águas continentais, dois nos Açores e um na Madeira. A maioria dos naufrágios ocorreu em embarcações com motor (19), com maior incidência no Norte do País (11).

A SOCIAL-DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

LÊ, ASSINA E DIVULGA O "POVO LIVRE"

Portugal protege sempre os direitos fundamentais do Homem

O plenário do Parlamento aprovou, para ratificação, a Convenção Europeia da Extradição, celebrada pelos Estados Membros do Conselho da Europa, em 13 de Dezembro de 1957 a que, entretanto, foram adicionados os protocolos de 1975 e 1978. A propósito, o deputado social-democrata, Guilherme Silva, recordou que aquele acto se integra na implementação do Programa do Governo que se propõe aprofundar a cooperação externa e aperfeiçoar os mecanismos de efectivação da Justiça.

Aquele deputado e o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, Borges Soeiro, sublinharam, na mesma ocasião, o significado das reservas que o Estado Português reclama, em obediência à Constituição e ao sentir colectivo do povo português, quanto à extradição por crimes a que corresponda, nos Estados requisitantes, pena de morte ou prisão perpétua ou ainda de pessoas sujeitas a processo que não ofereça garantia jurídica de procedimento penal, minimamente reconhecido como indispensável à salvaguarda dos Direitos do Homem.

Guilherme Silva ofereceu ainda alguns apontamentos da história da extradição desde a mais remota antiguidade e subinhou aspectos da presente Convenção.

A extradição parece remontar à antiguidade, citando-se como o mais antigo tratado neste matéria o celebrado entre Ramsés II e um príncipe hitita relativo à entrega de súbditos desertores.

Porém, alguns autores consideram que não se estava, então, perante verdadeiros casos de extradição, mas sim de meros favores entre soberanos.

Parece, pois, que o primeiro tratado de índole geral em matéria de extradição foi celebrado entre Carlos V da França e o Conde de Sabóia visando delinquentes de delito comum.

O quadro normal, durante séculos, da evolução do instituto da extradição desenvolveu-se, praticamente, na base de acordos bilaterais entre Estados.

Em Portugal, aponta-se como o mais antigo acordo de extradição o celebrado entre D. Pedro de Portugal e o seu homónimo de Castela, em 1360, para a entrega dos assassinos de Inês de Castro.

Com o desenvolvimento das organizações internacionais a extradição passou a ser objecto também, já não apenas de tratados bilaterais, mas de convenções multilaterais, como é o caso da Convenção sobre Estupefacientes celebrado em 1961 sob a égide das Nações Unidas e da Convenção Europeia sobre a Extradição de que nos ocupamos agora.

Porém, o instituto jurídico da extradição não se esgota no domínio dos tratados e convenções que o têm por objecto.

São vastas as implicações da extradição no âmbito do Direito Internacional Público e Privado, do Direito Penal e do Direito Processual e mesmo do Direito Constitucional.

Significa isto que, para além dos tratados e convenções de que fazem parte, os Estados necessitam de regular internamente os institutos de extradição.

A lei interna mais antiga nesta matéria é a lei belga, de 1 de Outubro de 1833.

Curiosamente a Bélgica assinou a Convenção Europeia sobre Extradição mas não a ratificou, ainda.

Em Portugal, ao que sei, este instituto foi pela primeira vez objecto de regulamentação interna própria, com o decreto-lei 437/75, de 16 de Agosto.



GUILHERME SILVA — a importância da extradição no Mundo contemporâneo

O acto de extradição, envolvendo a intervenção do Governo no exercício de poderes de soberania, não se pode quedar no âmbito, meramente, administrativo, sob pena de se porem em causa direitos e garantias fundamentais do extraditando.

O instituto da extradição revela-se hoje da maior importância dado, infelizmente, o desenvolvimento do terrorismo internacional, do tráfico intercional de estupefacientes e do aproveitamento por parte de redes do crime internacionalmente organizado, de maiores facilidades de transportes e comunicações e da abolição de entraves à livre circulação de pessoas.

Há, pois, que garantir o funcionamento do Instituto da extradição de modo a que realize o fim para que foi criado, no âmbito da prevenção e repressão criminal — não deixar impune — a coberto de uma cada vez maior mobilidade entre Estados, crimes que directa ou indirectamente nos lesam a todos enquanto cidadãos.

É necessário, porém, que isto aconteça sem ofensa dos direitos fundamentais do extraditando e sem que se lhe retirem elementares garantias de defesa, com inerente apreciação jurisdicional dos processos de extradição em cuja tramitação se deve assegurar o contraditório.

Isto tem a ver com a articulação entre os tratados e convenções internacionais de extradição e a legislação interna que regula o seu processamento.

A Convenção Europeia sobre Extradição, sendo ela própria emanação do Conselho da Europa, baluarte da defesa dos Direitos do Homem, tranquiliza-nos pelas preocupações que o seu próprio clausulado revela quanto à salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos alvo de processo de extradição.

Saliente-se, entre outras, a não permissão da extradição por crimes políticos que se contém no seu art.º 3.º.

A salvaguarda do «non bis in idem» constante do art.º 9.º.

A não concessão da extradição em caso de prescrição do procedimento criminal ou da pena, conforme previsto no art.º 18.º.

Na mesma linha se insere a possibilidade de reservas a introduzir por parte os Estados que se disponham a aderir à Convenção estabelecida no seu art.º 26.º.

É com particular satisfação que se vê que o Governo, mais uma vez, e também aqui, sabe ser o fiel intérprete do sentir colectivo, ao estabelecer reservas que, afastando quaisquer eventuais inconstitucionalidades, reforçam as garantias e os direitos fundamentais da pessoa humana, ainda que não se trate de cidadãos portugueses.

Urge corrigir situação de directores e delegados escolares

«O Ministério da Educação não se pode apenas empenhar nas grandes acções, remetendo ao ostracismo situações que, embora de menor importância, impõem que sobre elas se tomem medidas justas. É que dos pequenos actos resultam, por vezes, as grandes medidas que podem revolucionar todo um sistema.»

As «situações de menor importância» a que o deputado social-democrata Lemos Damião se referiu na intervenção que fez no plenário de terça-feira da semana passada dizem respeito aos professores do ensino primário funcionando como directores e delegados escolares, prejudicados nos seus vencimentos por força de uma tal reestruturação dos serviços que nunca mais chega.

As direcções escolares cuja existência se reporta à I República, recorda Lemos Damião, foram até à publicação da nova Lei Orgânica do Ministério da Educação (1987) os únicos órgãos de gestão desconcentrados a nível de distrito para a educação pré-primária e ensino básico, ainda conhecido como ensino primário.Na superintendência directa dos diversos serviços centrais do ME foram e são o suporte incontestado do funcionamento daqueles graus de ensino e por eles, na prática, os únicos e totais responsáveis.

Auferiam vencimentos superiores aos de um professor na docência. Entretanto a administração permitiu que alguns destes dirigentes pudessem optar entre o seu vencimento e o de professor na docência. Como este é o maior, os que puderam optar fizeram-no, engolindo no opróbio e na susceptibilidade de dirigentes a necessidade da subsistência. Ora, depois de autorizados a receberem (e alguns receberam durante uns tempos), agora, a nossa zelosa administração pública obrigou-os a repor a diferença.

Mas há mais, prosseguiu Lemos Damião. Estes dirigentes não puderam inscrever-se nos sindicatos dos professores porque foram considerados *patronato*. Por isso foram obrigados a fazerem eles mesmos uma associação para se defenderem das arbitrariedades da *entidade patronal* que lhes disseram integrar. Como associação, têm sido recebidos por altos funcionários do ME e por alguns membros do Governo. E todos dizem coisas agradáveis e marcam resoluções dos problemas para daí a dias... Só que os dias passam a meses e estes a anos. Todavia estes dirigentes não se rebelam, antes cumprem, como sempre cumpriram, zelosamente as suas obrigações. Estão dependurados em promessas que entenderam feitas por pessoas de bem!

Entretanto, por motu próprio e até a convite de entidades superiores, estes dirigentes têm apresentado projectos e anteprojectos de legislação que resolva o caso. Só que estes ficam dormindo na paz dos que, sem alma, podem dormir tranquilamente.



LEMOS DAMIÃO — ultrapassar o impasse

Lemos Damião recordou que requereu elementos sobre este impasse, tendo recebido como resposta «aquela desculpa burocrática de que se estava a aguardar legislação» e «vi-me, sublinha, pela primeira vez, confrontado com a impotência dos que procurando a razão legal das atitudes dos serviços, são sempre recebidos com essa aridez.

Ao solicitar ao plenário a «ajuda no empenhamento à verdade e à justiça» e apelar aos ministros da Educação e das Finanças para que «sejam justos», Lemos Damião disse ainda:

«Algo vai mal neste capítulo e urge esclarecermos muita coisa no que concerne às desculpas 'pseudo-encapotadas' da nossa administração.

«Dizem agora que se espera pela 'Reforma Sousa Franco', como vinham dizendo que o melhor era esperar pela regionalização dos serviços do Ministério da Educação, como daqui a tempos me virão dizer que esperemos pela integração pela na CEE.

«É isto num chutar para a frente que o mesmo é dizer num adiar *sine die*.

«Que tem a ver uma coisa com a outra?

«Isto é, se os actuais dirigentes estivessem já na sua devida categoria e depois viesse a 'Reforma Sousa Franco', a regionalização dos serviços do Ministério da Educação ou o tempo da integração plena na CEE, estes dirigentes concelhios e distritais iam ser saneados? Iriam ser postos de fora? Iriam ser considerados excedentários?

«Julgo que não passará pela cabeça de ninguém bem intencionado que se dispense ou fechem serviços já há tanto tempo desconcentrados, agora que tanto se fala (e bem) em desconcentrar e descentralizar!

«Então para quê essas reticências e desculpas esfarrapadas?

«Haverá mais alguma coisa escondida, qual capuchinho encarnado que bem sabe o que leva no cesto?

«Se há, podem as pessoas e os sistemas estarem descansados que cá estaremos todos para repor a verdade e a transparência democráticas».

Desafio da JSD sacode indiferença e apatia política dos jovens

«A JSD prefere ver num jovem um adversário, alguém que não está connosco, a alguém que não esteja com ninguém.»

«ESTE é um desafio que gostaríamos de lançar a outros partidos e a outras organizações de juventude, pois gostaríamos de que outros fossem capazes de dizer que gostariam de ver jovens fora das suas bancadas a não vê-los com ninguém» — afirmou o deputado Carlos Coelho ao lançar no plenário do Parlamento o mesmo «Grito de Geração» que foi como que a síntese das conclusões do VIII Congresso da Juventude Social Democrata, realizado em Tróia.

Infelizmente, ainda hoje na vida política portuguesa, sublinhou Carlos Coelho, há muitas organizações partidárias — e organizações partidárias de juventude — que preferem ver o neutralismo nos jornais e a sua falta de participação a não vê-los militar nas suas fileiras ou nas suas bancadas.

Carlos Coelho referiu que são democraticamente preocupantes os índices e os níveis de participações da juventude portuguesa em todos os mecanismos de decisão. É por isso que são democraticamente preocupantes os índices de participação dos jovens portugueses na vida colectiva e é por isso que é democraticamente preocupante que menos de 18 por cento dos jovens portugueses se reconheçam organizadamente em qualquer associação juvenil.

Este é, pois, um desafio que é lançado a todas as organizações de juventude e que a JSD, pela primeira vez na sociedade portuguesa, quis protagonizar quando fez aquele desafio que terceiros partidos quiseram entender da pior maneira — de que para nós era preferível que um jovem português militasse na Juventude Socialista do que não militasse em nenhuma organização de juventude. A JSD prefere ver num jovem um adversário, alguém que não está connosco, a alguém que não esteja com ninguém. Isto porque só se pode vencer quem combate e só se pode convencer quem tem ideias e quem não receia confrontá-las com novas ideias e com novas formas de pensar.

A sociedade portuguesa, disse noutro passo o deputado Carlos Coelho, é uma sociedade em mudança acelerada em todas as gerações, ao longo da História e em todas as civilizações, que forem gerações de transição ou forem gerações sacrificadas e «ensanduichadas» entre grupos sociais, ou forem gerações que lideram a mudança.

Em Portugal foi em nome de uma geração que se recusa a ser «ensanduichada» pela História e se reivindica de um papel liderante no processo de mudança e de modernização da sociedade portuguesa que a JSD tem lutado e gritado, aqui e lá fora. E tem gritado porque na sociedade portuguesa ainda só se olha para os jovens com a atenção que os problemas devem suscitar, quando fazem ouvir a sua voz em tom bem alto.

Os jovens portugueses têm muitas vezes de gritar, até para evitar que a sua voz seja abafada pelo ruído da legítima expressão dos interesses de outros grupos sociais.

O Primeiro Partido da Oposição e o Partido do Governo podem entender-se em instrumentos de diálogo com os eleitores.

Aumentar a participação dos jovens portugueses na vida pública significa também aumentar alguns desafios à Assembleia da República, adiantou Carlos Coelho. Foi nesse sentido que o VIII Congresso da JSD aprovou um conjunto de mecanismos que vamos trazer a esta Assembleia, com a colaboração de outros deputados, de outros partidos e, em especial, com a colaboração da JS.

Pela primeira vez na sociedade portuguesa, vamos deixar bem claro que o primeiro partido da oposição e o partido do Governo se podem entender em instrumentos de diálogo com os eleitores, naturalmente com respostas diferentes, uns com respostas de acordo com o quadro ideal dos sociais-democratas, outros com o seu quadro e ideário próprios. Vamos, no entanto, juntor esforços no sentido de poder aproximar a Assembleia da República dos eleitores jovens, os jovens deputados dos mais jovens que votam.

Esse desafio de participação também deverá ser entendido às autarquias locais, nas quais a JSD pensa alcançar uma grande vitória em 1989, no sentido de que não seja só mais uma nova vitória dos sociais-democratas mas antes no sentido de que, através de uma nova geração autárquica, se consiga traduzir transição da autarquia de infra-estruturas para a autarquia de desenvolvimento; uma nova geração no poder local que seja capaz de promover a evolução do entendimento do exercício do poder autárquico e que faça, de uma vez por todas, do poder autárquico em Portugal o primeiro elo do poder participado por que pugnamos.



CARLOS COELHO — a única organização de juventude que apresentou um projecto próprio de revisão constitucional

Em segundo lugar, sobre a reforma educativa, há um desafio que se lança à Assembleia da República no sentido de acautelar qual a reforma educativa que nós geramos em Portugal.

Nenhuma outra reforma vai tão longe. A partir do momento em que a escolaridade obrigatória for de 9 anos, qualquer reforma do sistema educativo em Portugal prolonga e projecta o futuro deste país para 10 anos. Qualquer alteração que se faça hoje nos *curricula*, nos conteúdos programáticos, são reformas que vão efectar o futuro de Portugal, pelo menos no espaço de uma geração.

É também por essa razão que os jovens portugueses uma vez mais, na Assembleia da República, têm de reforçar o papel liderante do processo educativo no conjunto de reformas de modernização da sociedade portuguesa.

Se 1992 é um desafio para Portugal e para todos os portugueses, importa recordar que 1992 é um desafio tanto maior quanto formos capazes de apostar no valor dos portugueses, no valor da nossa história, no valor da nossa Cultura e no valor da nossa Língua, entendida também na dimensão do valor estratégico da relação com outros povos, com outros Estados que falem igualmente português.

Na Assembleia da República e privilegiando quer o grupo de deputados da JSD quer a Comissão Parlamentar de Juventude, zelaremos pela correcção das políticas educativas, de acordo com o nosso ideário: promoveremos a articulação da política educativa com a política global integrada de juventude e com as políticas de emprego e formação profissional; e defenderemos a revisão da Lei das Associações de Estudantes.

Uma Constituição que alargue o poder dos jovens na sociedade portuguesa.

Carlos Coelho recordou que o VIII Congresso da JSD saudou também a Assembleia da República no exercício dos seus poderes constituintes e disse, a propósito, que é fundamental que a revisão da Constituição se traduza e concretize numa Constituição que não bloqueie o progresso do País e que não o garanta que os jovens portugueses amanhã fiquem bloqueados por decisões irreversíveis que outros, com o poder constituinte, erradamente decidirem.

Mas uma nova Constituição para Portugal deve ser também uma Constituição que alargue o poder dos jovens na sociedade portuguesa, que alargue as políticas que a eles são destinadas e que contemple o papel que a eles deve ser reservado na sociedade portuguesa, prossegiu Carlos Coelho.

A JSD quer aqui recordar que foi a única organização de juventude que apresentou um projecto próprio de revisão constitucional, que foi a única que interveio na concepção, na elaboração e a única que está a intervir na discussão no processo de revisão constituicional.

Coerentes manteremos, caso seja necessário e no seu devido tempo, comportamentos parlamentares autónomos em relação às partes da revisão constitucional que exigirem da JSD essa posição.

A concluir a sua intervenção, Carlos Coelho afirmou que o VIII Congresso de JSD foi um Congresso de reforço da unidade de JSD, do estreitar de laços com as outras organizações de juventude, particularmente as do campo democrático; foi um Congresso em que se reafirmou o papel liderante da maior organização de juventude portuguesa, e foi um Congresso e que a JSD não se demitiu, uma vez mais, de emitir a sua opinião sobre o seu partido e o seu Governo.

Foi a nossa maneira de dar um grito de geração que terá consequência na nossa intervenção política a expressar na Assembleia da Republica que continuaremos a priviligiar como sede, por excelência, da Democracia portuguesa.

LER
E DIVULGAR
O «POVO LIVRE»
É CONTRIBUIR
PARA A SOCIAL
DEMOCRACIA

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
Povo livre
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX • Telef. 60 21 40

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____ LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA ☐ RENOVAÇÃO ☐ SEMESTRAL ☐ ANUAL ☐

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____

(Assinatura)

Companhia de Seguros Bonança

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Jacinto Faiais dos Reis Pereira
Vice-pres.: Agusto Zurzica Pereira Rodrigues
Vogais: Vitor Manuel Ribeiro da Silva, Rodrigo José Botelho Lourenço, Vitor Manuel dos Anjos Vitoriano, Judith Lopes Modesto Gomes, Fernando Mendes Carvalhanas, Maria Teresa Reis Borges Cristovão e Armindo Moreira Rechena

C. P.

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Luciano Gonçalves Mourão
Vice-pres.: Maria Geny Veloso das Neves
Vogais: Manuel Ferreira Caetano, José Anibal da Cruz Luís, Carlos Manuel Neves Saraiva, Carlos Fernando Escaleira dos Anjos, José Martins Salvado, Vitor Manuel Oliveira Almeida e José Paulo.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

José Manuel Barandas Salgado, Orlando Barbosa Oliveira Leitão e José Maria Leite

Companhia de Seguros de Créditos

SECRETARIADO DE NÚCLEO

Presidente: Francisco José Sanches Ferreira
Vice-pres.: José Manuel Vairinhos Gonçalves
Vogais: José António Carvalho Godinho, João Carlos Pereira Ramos de Palma, Maria Manuela Terra Medeiros Ferreira, Ana Cristina C. D. Garcia Castro e Maia e Maria de Lurdes Serrão Marecos Paixão.

Caixa Geral de Depósitos

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: José Augusto S. de Figueiredo
Vice-pres.: Carlos António Campos de Matos
Vogais: José da Cunha, Horácio Andrade Pereira, Albino Rodrigues Fontinha, António Luís Crespo de Oliveira e António Manuel de Araújo Filipe.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Carlos António Campos de Matos e Horácio Andrade Pereira.

TSD - CONVOCATÓRIAS

Rodóviaria Nacional

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convoca todos os filiados dos TSD da Empresa: R. N. para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 24 entre as 20.00 e as 23.00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113, 3.º Esq.º, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição do Secretariado de Secção de Empresa
2 — Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.

R. T. P.

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convoca todos os filiados dos TSD da Empresa: R. T. P. para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 29 entre as 12.00 e as 20.00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113, 3.º Esq.º, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição do Secretariado de Secção de Empresa
2 — Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.

Ministério do Comércio e Turismo

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convocaram-se todos os filiados dos TSD Ministério do Comércio e Turismo para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 30/11/88, entre as 18.00 e as 20.00 horas, na Rua da Conceição, nº 113, 3.º Esq., em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Eleição do Secretariado de Secção de Empresa.

TSD NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Tranquilidade Seguros

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Fernando Dias Santos Simões
Vice-pres.: Henrique António Torres Gago
Vogais: Carlos Fernando Ventura de Oliveira, Maria Lucinda de Matos Simões, Natália Matos Maia Santos, Jorge da Fonseca e Castro, Alfredo Victor Medina Fonseca e José Manuel Vaz da Silva Augusto.

Companhia de Seguros Império

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Eugénio Ribeiro Duarte
Vice-pres.: Domingos Martins Rodrigues
Vogais: Vitor Manuel Martins Dias, Vitor Manuel Lucas Rosa, Júlio Conceição Saraiva, Edgar Francisco da Cunha, António Romão Cerdeira, Fernando Manuel Pires Gomes da Silva e Anatilde Machado Perry Câmara Matoso.

Aliança Seguradora

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Francisco José Fernandes Martins
Vice-pres.: José Manuel Pereira Abrantes
Vogais: Amarilis Martins Freitas Chabert, António José Saraiva, José António Pires Teixeira, Jorge António Branco Sá Ruivo, Luís Ferreira de Matos, Luís Filipe Conceição Cordeiro e Maria José Rico da Silva P. de Sampaio e Melo.

T. A. P.

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Margarida Lopes
Vice-pres.: Hermínio Aires
Vogais: António Ramos Mesquita, António Reis Luz, Augusto José Esteves Duque, Augusto José Nazaret Abrantes, Joaquim Ramos, João Ricardo Correia Lima, Casimiro Tomázio Ferreira, Manuel Norton Araújo, Gilberto Alves Ferreira, Maria Eugénia F. Gouveia Ferrão, Elvira Pereira Bastos e Manuel Joaquim Mendes.

Alfândega

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Manuel Fernandes Largo
Vice-pres.: José Carlos Gonçalves Júnior
Vogais: José Manuel da Veiga Testos, Joaquim Fernando Calado Mendes, José João Água Doce Engrossa, Cecília da Graça Pereira, Benvindo Ferreira Matias, Nuno João de Matos Agrícola, Manuel Gonçalves Favita Ferreira, Maria Helena V. C. Ferreira, Maria Isabel Ferreira, Hortênsio Sá e Joaquim José Cunha

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD

Jerónimo Duarte, Fernando Figueiredo, Alexandre Augusto Melo e Maya e Luís Dimas Faria.

Quimigal

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Manuel João Matos
Vice-pres.: Fernando Miguel Pereira Alves
Vogais: Anselmo da Silva Nogueira, Manuel Augusto Carriço, Maria Isabel Casquilho, Mário José Matias da Silva, Rui Manuel Nunes Martins, José Carlos Mota Feliz Carvalho Rego, Tomáz Cardoso de Albuquerque, Júlio Rosa dos Santos e Fernando Baptista Nogueira.

VIDEO PSD
CUMPRIR UM PROJECTO



As imagens e as intervenções que marcaram o acontecimento político que foi o 13.º Congresso Nacional.

Cumprir um Projecto — uma hora de filme que constitui um elemento indispensável de trabalho, de informação e de formação para os militantes e simpatizantes social democratas. A estratégia para o futuro — cumprir a vocação do PSD para partido maioritário.

Pode adquirir as suas cassetes Video PSD, nos sistemas Beta ou VHS no *Serviço de Material de Propaganda.*

R. Buenos Aires, 39 • 1296 LISBOA CODEX • Telef. 602140, Telex 13528

SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

CONVOCATÓRIAS

Algés

No seguimento da recomendação emanada do Concelho Nacional do Partido de 20 de Fevereiro de 1988 e ao abrigo do Art.º 67 dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral da Distrital/AML, convoco uma Assembleia de Militantes para o dia 30, a realizar na Sede da Secção sita na Av. Carolina Michaelis, Lote 72 - B, Linda-a-Velha, pelas 18h, com a seguinte:

ORDEM DOS TRABALHOS

Ponto único — Discutir e aprovar o relatório e contas, relativas ao mandato da Comissão Política do Ano de 1987/88.

•

No seguimento da recomendação emanada do Conselho Nacional do Partido de 20 de Fevereiro de 1988 e ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral/AML, convoco uma Assembleia de Militantes para o dia 30 de Novembro de 1988, a realizar na Sede da Secção sita na Av. Carolina Michaelis, Lote 72 - B, em Linda-a-Velha, pelas 21,00 horas, com a seguinte:

ORDEM DOS TRABALHOS

Ponto único — Eleger os orgãos da Secção — Mesa da Asembleia, Comissão Política e delegados à Assembleia Distrital/AML, iniciando-se a votação às 21h e encerrando às 24h.

Baião

Ao abrigo do art.º 48 dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção Concelhia de Baião, a reunir em Plenário, a realizar no próximo dia 26, das 15 às 18h, na Sede Concelhia, Rua de Camões, Campelo (Baião), com a seguinte:

ORDEM DOS TRABALHOS

— Informações
— Eleição da Mesa Política Concelhia
— Eleição da Comissão Política Concelhia
— Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD

Braga

Ao abrigo dos Estatutos do P.S.D., convoco a Assembleia de Secção para reunir no próximo dia 26, sábado, pelas 16h30, na Sede concelhia, Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116, nesta cidade de Braga, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da C.P.S. e dos Delegados à Assembleia Distrital (das 16h30 às 21h30);
2. Apreciação do Relatório de Actividades e aprovação do Relatório de Contas (início às 22h);
3. Análise da situação política local.

Barcelos

Para eleição dos Órgãos Concelhios e Delegados à Assembleia Distrital convoca-se o PLENÁRIO ELEITORAL para o próximo dia 3 de Dezembro, na sede concelhia do Partido, Av. Alcaides Faria, 226, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

§ único — Eleição da Mesa do Plenário, Comissão Política Concelhia e Delegados à Assembleia Distrital de Braga.

A Assembleia eleitoral decorrre a partir das 18 até às 22 horas.

Cartaxo

Ao abrigo do artigo 49.º dos Estatutos do PSD convoco para o próximo dia 19, pelas 21, na Sede Concelhia do Cartaxo (Rua Serpa Pinto, Lt. 3 — 1.º Dt.º), uma Reunião Ordinária da Assembleia Concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleições para a Assembleia Concelhia
2. Eleições para a Comissão Política Concelhia
3. Análise da situação política Concelhia

Rio Tinto

Nos termos Estatutários convoco todos os Militantes do Núcleo da Vila de Rio Tinto para reunirem, em Assembleia Ordinária, na nossa Sede, Rua da Boavista, 74, em Rio Tinto, pelas 21.30 horas do próximo dia 25, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório e Contas
2. Marcação do próximo acto eleitoral para a C. P. do Núcleo

Sintra

Convoco a Assembleia da Secção de Sintra do PSD, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro pelas 21 horas na sede da Secção com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Relatório da actividade da Secção e apreciação e votação das contas relativas ao presente exercício.
2. Eleições dos Orgãos da Secção para o próximo biénio:
   a) Mesa da Assembleia
   b) Comissão Política
   c) Delegados à A. M. L.

Secção A

Ao abrigo do art.º 49.º dos Estatutos do P. S. D., convoca-se a Assembleia da Secção A, da AML, para reunir em sessão extraordinária, na sua sede, Rua da República da Bolívia, 53, 1.º Dt.º, no próximo dia 2 de Dezembro, pelas 21 h. com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Análise, discussão e aprovação das contas da Comissão Política cessante.

Ponto 2. Posse dos orgãos da Secção que resultarem das eleições de 29 de Novembro próximo.

Ferreira do Amaral no Estoril

No dia 18 do corrente, o Núcleo Ocidental de Cascais promove uma Conferência subordinada ao tema: *«Política de Comércio e Turismo/Perspectivas futuras»*, que terá lugar às 21.30 h. na Sala do Pavilhão dos Congressos — Casino Velho/Estoril. Será orador o Ministro do Comércio e Turismo, Ferreira do Amaral.

Rui Gaspar em Loures

O secretário de Estado do Orçamento, Rui Gaspar, preside na próximo dia 18, às 21.30 h., na Secção de Loures, a uma sessão de esclarecimento sobre «Orçamento Geral do Estado e Opções do Plano para 89/92».

Arménio Santos na Secção E

O Secretário-Geral do TSD, Arménio Santos, desloca-se no próximo dia 18, às 21.30 h., à Secção E de Lisboa (Rua Forno do Tijolo) para dirigir uma sessão de esclarecimento sobre «A acção laboral e os TSD».

Manuel Moreira contacta estruturas

O secretário-geral adjunto do PSD, Manuel Moreira, desloca-se nos dias 18, 19 e 21 do corrente, respectivamente ao Distrito de Viana do Castelo, ao Concelho de Pombal e à Secção de Algueirão Mem-Martins (Sintra).

— Dia 18, sexta-feira, às 21,30 horas, efectua uma reunião com a Comissão Política Distrital de Viana do Castelo do PSD, para análise da actividade do Partido nas autarquias do Distrito e preparação das eleições autárquicas de 1989, nos diversos concelhos. Esta reunião terá lugar na Sede da CPD de Viana do Castelo, sita na Rua Martins Velho, n.º 34.

— Dia 19, sexta-feira, às 15,00 horas, participa no Encontro Concelho de Autarcas Social Democratas de Pombal, a ter lugar na Residencial Cardal, onde abordará o tema: «Estratégia Eleitoral do PSD para as Eleições Autárquicas de 1989.»

— Dia 21, segunda-feira, às 21,30 horas, preside a um coló

Magusto da Secção I

A Comissão Política da Secção I de Lisboa convida todos os seus militantes e amigos a participarem no Magusto que decorrerá no dia 27, pelas 16 horas, na Rua da Conceição, 113.

Debate na Secção A sobre Grandes Opções do Plano

Na Secção A de Lisboa (Benfica e S. Domingos de Benfica) realiza-se no próximo dia 22, às 21h30, uma sessão-debate sobre «As Grandes Opções do Plano», orientada por Luís Mendes Barata.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Alfândega da Fé

ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

Presidente: António de Jesus Pacheco
Vice-pres.: João Ferreira de Barros
Secretário: Amândio dos Santos Dias

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente: Armando Augusto Almeida
Vice-pres.: Fernando António Pinto
Secretário: António Joaquim Abreu
Tesoureiro: António Emídio Uvaldo Herdeiro
Vogais: Francisco António Abreu, Júlio dos Santos Januário, Júlio Alberto Franco, Mário da Conceição de Matos Jacinto, José Joaquim Almendra, José Alípio Oliveira e Ângela Reboredo Almendra. J. S. D.: Ermelinda Maria Gonçalves Rodrigues e Mário António Lobo Martins.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

José Joaquim Almendra, António dos Santos Rodrigues e Rui António Bernardo Salgueiro.

Algueirão — Mem Martins

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: Vasco Veloso Ventura
Vice-Pres. Rui Manuel Silva e Maria Teresa Sarmento
Tesoureiro e Secretário: Elisabete Bastos Hilário
Vogais: Ana Maria Seixas, Augusto Fonseca Silva, Maria Margarida Pinto, Maria Teresa Fernandes, José Manuel Santos, Sara Maria Taborda e António Francisco Lista.

MESA DE ASSEMBLEIA

Presidente: António Manuel Taborda
Vice-Pres. Ana Maria Luís
Secretário: Marta Maria Cruz

DELAGADOS À AML

Luís Alberto Silva, Jorge da Paz Rodrigues, Rui Alves Pinheiro, Júlio Gonçalves Videira e Paulo Sousa Azeredo

Mogadouro

COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA

Presidente: António Abílio Costa
Vice-pres.: António Joaquim Lopes
Tesoureiro: Armando José Venâncio Salomé
Vogais: Carlos Luís Fernandes, Francisco António Silva, Ilídio José Carreiro da Veiga, Luís Manuel Angueira, Jaime Pinheiro Nogueira, António do Nascimento Gonçalves, João Manuel dos Santos Henriques e António Maria Pires.

MESSA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Armando Sanches Morais Pimentel
Vice-pres. António Manuel Ramos Pimenta de Castro
Secretário: Amável Augusto Afonso.

Monção

MESA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

Presidente — José Francisco Amaral
Vice-Presidente — José Pereira Samarão
Secretária — Margarida Alice Sousa Rouco Amaral

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente — Joaquim Vieira de Magalhães
Vice-Presidente: Joaquim José Souto Mendes
Tesoureiro — José Cândido Cruz Rodrigues Vale
Vogais — Carlos Alberto Abreu Ponte da Luz, António César Carreira Gonçalves Lages, Armando Palhão Dias, Manuel António Trancoso Gonçalves, João Fernando Pinheiro Rodrigues, Daniel Esteves Baptista, António Emílio Fontainhas e José A. Guerra.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

José Cândido Cruz Rodrigues Vale, Carlos Alberto Abreu Ponte da Luz, Manuel António Trancoso Gonçalves e Armando Palhão Dias.

LEIA E DIVULGUE
POVO LIVRE



Povo livre

Sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata
Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX
Telef. 60 21 40
Depósito legal n.º 1970/83

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:
VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

Povo livre

Mais privatizações na comunicação social

O Governo decidiu pôr à venda mais alguns bens e títulos de empresas públicas da comunicação social.

ASSIM, o Secretário de Estado Albino Soares, responsável pelo sector, assinou três novos despachos que abrem três concursos públicos pelo prazo de 30 dias para alienação de bens e títulos pertencentes à Empresa Pública do Jornal e à Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital.

O primeiro despacho permite a venda dos *edifícios e do parque gráfico da Empresa Pública do Jornal Diário Popular pela base de licitação de 700 000 contos.*

Os outros dois permitem a venda da *quota que a Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital* possui na *Tobis Portuguesa* e ainda a venda de vários títulos da mesma Empresa Pública, como sejam, o *Mundo Desportivo* e o *Anuário Comercial.*

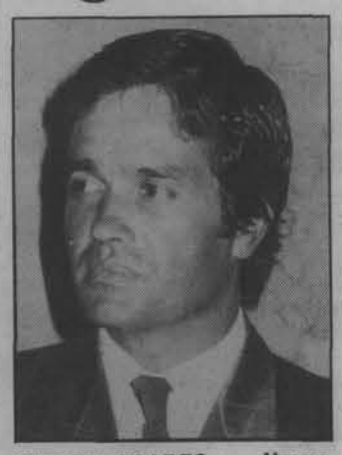
O Mundo Desportivo vai à praça pela base mínima de 7 500 contos.

Todos os restantes títulos e a quota na TÓBIS são postos à venda pela maior oferta.

De salientar que o Governo vendeu recentemente o vespertino «A Capital» por 366 000 contos e as oficinas gráficas de Alcântara por 250 000 contos.

Rádio

Foi entretanto publicado,



ALBINO SOARES — Novos concursos públicos

em Diário da República, o regulamento do concurso para atribuição de alvarás de licenciamento para o exercício da actividade de radiodifusão sonora.

Destaca-se, entre a matéria regulamentada, que serão rejeitadas as candidaturas apresentadas por pessoas colectivas que detenham emissor a funcionar para além do dia 24/12/88, bem como as candidaturas apresentadas por pessoas colectivas cujos associados, sócios ou cooperadores detenham, para além daquela data, partes sociais na pessoa jurídica explorada do referido emissor.

Será dada preferência, na atribuição de alvará, à não titularidade, quer directa quer indirecta, de outro alvará para o exercício da actividade de radiodifusão, e às candidaturas apresentadas por sociedades constituídas maioritariamente por profissionais de comunicação social, desde que estes sejam trabalhadores da sociedade, ou por sociedades proprietárias de jornais de expansão regional, desde que constituídas há pelo menos três anos.

Bagão Félix sobre a mulher e o emprego

Governo defende igualdade de oportunidades

O secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Bagão Félix, afirmou existir da parte do Governo, uma grande vontade política de pôr cobro às ofertas de emprego discriminatórias em relação ao sexo.

Ao falar no seminário «Mulheres e iniciativas de emprego», que decorreu no Luso, Bagão Félix afirmou que «o Governo aplicou um conjunto de medidas, destinadas ao emprego e formação da mão-de-obra feminina, que inclui sanções aplicadas aos que anunciem ou publicitem ofertas de emprego discriminatórias em relação ao sexo».

O secretário de Estado defende a igualdade de oportunidades, razão pela qual foi já criada uma rede de responsáveis que tem por missão zelar pela aplicação das normas relativas a essa igualdade.

Sabe-se, no entanto, e o Governo reconhece-o, que há desvantagem para a mulher no mundo do trabalho, «apesar do indiscutível aumento do grau de integração das mulheres na vida activa», defendendo Bagão Félix a necessidade de «favorecer o acesso às novas tecnologias e se forçarem os sistemas de formação em alternância e investir na formação de formadores em profissões de maior peso ou tradição masculina».

Aquele governante revelou, a propósito, que estão já a ser desenvolvidos, no âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional, três projectos de formação profissional destinados a incentivar o emprego e a formação profissional das mulheres.

O primeiro abrange a formação em cinco profissões tradicionalmente masculinas, o segundo destina-se às jovens que após formação em serralharia civil e mecânica e em gestão deverão criar o seu próprio emprego, e o último, já iniciado, propõe-se formar mulheres na área da construção civil.

Para o próximo ano, o IEFP prevê realizar acções de formação técnico-profissional para mulheres em situação de desemprego, acções de requalificação profissional e de formação em novas técnicas de gestão, para quadros e chefias de pequenas e médias empresas.

Ferreira do Amaral

Turismo: 7% do PIB

O ministro do Comércio e Turismo, Ferreira do Amaral, afirmou, na sessão inaugural do décimo quarto congresso da Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo, que o turismo é responsável, em Portugal, por cerca de sete por cento do produto interno bruto (PIB).

O peso económico do turismo — acrescentou — é equivalente ao da agricultura, da construção civil ou dos bancos, sendo apenas suplantado pela receita de exportação dos têxteis. Ferreira do Amaral sublinhou, ainda, que «o turismo constitui-se, hoje em dia, no sector número um da atracção do investimento estrangeiro.

O ministro é de opinião que a oferta turística portuguesa deve ser limitada, pois não há alternativa à qualidade, e acrescentou que o progresso do sector depende da capacidade de fazer com que cada turista que nos visita dispenda mais.

O Governo vai actuar, sublinhou, «no sentido de antecipar a remoção de todos os obstáculos que se possam antepor a esta evolução», no sentido da qualidade, sem a qual existe o risco de recessão do turismo português.

Formação profissional, degradação do ambiente e «a caça ao metro quadrado» são os principais problemas com que se debate o sector turístico, actualmente, em Portugal, segundo o ministro Ferreira do Amaral.

Dias antes, ao empossar o novo director-geral do Turismo, Strecht Ribeiro, Ferreira do Amaral afirmara já ser prioritário assegurar que o desenvolvimento vertiginoso do turismo em Portugal não se constitua em factor de delapidação dos recursos que tornam possível o próprio sector.

Formação profissional de jovens na RFA

A formação profissional de jovens portugueses residentes no estrangeiro continua a ser uma das principais preocupações da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Um reflexo desta política foi a recente visita a Portugal da Sr.ª Irmgard Karwatzki, responsável do Governo alemão-federal pelas áreas de formação e ciência.

Na sequência desta visita, vão continuar a realizar-se na República Federal da Alemanha, Seminários Informativos destinados a jovens luso-descendentes.

A Vice-Presidente do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, Rita Gomes, participou em Bona em mais um Seminário Informativo. O tema central deste seminário foi a Integração Escolar e Profissional dos Jovens Portugueses na RFA e seus reflexos no Regresso e Reinserção em Portugal.

Portugal na Sopemi

Portugal esteve representado na Reunião Anula do Sopemi/OCDE, Sistema de Elucidação Permanente das Migrações. O Encontro teve lugar em Paris, a 9 e 10 de Novembro. A representação portuguesa esteve a cargo de Gil Pereira, assessor do IAECP e correspondente no nosso País do SOPEMI.

PJ entre as melhores

A Polícia Judiciária encontra-se ao nível das outras Polícias da Europa, em termos de capacidade de investigação, afirmou, no Porto, o Ministro da Justiça, ao falar no decorrer das cerimónias comemorativas do 43.º aniversário da corporação.

Fernando Nogueira disse escassearem, por vezes, recursos materiais e humanos, mas lembrou a atribuição de um milhão de contos para planos de investigação e outros reforços orçamentais e a aposta na formação de profissionais.

Comparativamente com os restantes países europeus, Portugal pode considerar-se «um paraíso em índices de criminalidade». Portugal usufrui, por outro lado, e ainda de acordo com o ministro, de diplomas legislativos dos mais avançados na Europa.

Dominar estatísticas

O ministro do Planeamento e da Administração do Território é defensor do princípio de que deve ser perfeito o domínio das técnicas estatísticas, de «forma a que se possa gastar o mínimo e saber o máximo».

Ao falar numa reunião sobre a formação dos quadros estatísticos dos países africanos de língua oficial portuguesa, Valente de Oliveira anunciou a próxima criação, em Portugal, de uma associação sem fins lucrativos, para acolher elementos das ex-colónias portugueses de África em cursos de formação de quadros superiores de estatística.

Desafios às pescas

O sector das pescas está colocado perante três desafios: desenvolver a indústria transformadora de congelados, contribuir para a redução do défice comercial da Comunidade em produtos da pesca, e acesso a pesqueiros externos à Comunidade.

A afirmação é do secretário de Estado das Pescas, Jorge Godinho, segundo o qual já foram, no entanto, vencidos alguns desafios importantes, designadamente no que respeita à renovação da frota, formação profissional, investigação científica e indústria conserveira.

Ordenamento desenvolve

O secretário de Estado do Ordenamento, Nunes Liberato, anunciou que o Governo tem praticamente concluídos sete novos diplomas legais que «vão aumentar a capacidade de resposta da Administração Pública ao processo de desenvolvimento».

Os diplomas em causa são a nova Lei dos Solos; os novos regimes jurídicos da reserva agrícola nacional e da reserva ecológica; o novo regime de gestão urbana do litoral; o novo regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território; o novo regime dos loteamentos urbanos e o novo código de expropriações.

Poupar para o ambiente

Poupar energia é economizar para investir no ambiente, defendeu, em Braga, o secretário de Estado da Energia, Ribeiro da Silva.

«Se economizarmos energia poupamos 20 por cento. Se pouparmos 20 por cento, temos dinheiro para investir no ambiente», salientou Ribeiro da Silva.